Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014 8

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

Comentário do Desempenho 11

Notas Explicativas 25

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 84

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.303
Preferenciais	8.309
Total	74.612
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	4.007.376	3.791.353
1.01	Ativo Circulante	1.000.037	934.960
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	74.673	149.269
1.01.02	Aplicações Financeiras	703	2.023
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	703	2.023
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	703	2.023
1.01.03	Contas a Receber	804.809	642.447
1.01.03.01	Clientes	725.339	631.689
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	725.339	631.689
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	79.470	10.758
1.01.03.02.01	Recursos CDE	79.470	10.758
1.01.04	Estoques	13.283	6.979
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.790	98.666
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.790	98.666
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	62.790	98.666
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.586	8.140
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	36.193	27.436
1.01.08.03	Outros	36.193	27.436
1.01.08.03.01	Serviços em curso	6.418	11.411
1.01.08.03.02	Outros ativos Circulantes	29.775	16.025
1.02	Ativo Não Circulante	3.007.339	2.856.393
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	949.522	903.582
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	781	6.391
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	781	6.391
1.02.01.03	Contas a Receber	99.933	146.372
1.02.01.03.01	Clientes	99.933	146.372
1.02.01.06	Tributos Diferidos	331.618	324.564
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	331.618	324.564
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	517.190	426.255
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	24.394	19.152
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	53.817	47.853
1.02.01.09.05	Entidade de previdência Privada	570	543
1.02.01.09.06	Ativo indenizável (Concessão)	436.290	356.549
1.02.01.09.07	Outros Ativos não circulantes	2.119	2.158
1.02.02	Investimentos	2.734	2.734
1.02.04	Intangível	2.055.083	1.950.077
1.02.04.01	Intangíveis	2.055.083	1.950.077
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.055.083	1.950.077

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	4.007.376	3.791.353
2.01	Passivo Circulante	980.273	763.671
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.167	26.129
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	29.167	26.129
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	29.167	26.129
2.01.02	Fornecedores	429.021	349.048
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	429.021	349.048
2.01.03	Obrigações Fiscais	129.574	106.283
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.918	29.277
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	269	315
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	3.946	3.500
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	18.174	16.121
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.583	2.243
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	696	783
2.01.03.01.06	Outros Impostos e contribuições	6.250	6.315
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	96.819	75.267
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	96.819	75.267
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.837	1.739
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviçoes - ISS	1.837	1.739
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	244.695	135.944
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	154.419	129.106
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	152.141	127.420
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.278	1.686
2.01.04.02	Debêntures	90.276	6.838
2.01.05	Outras Obrigações	136.752	136.177
2.01.05.02	Outros	136.752	136.177
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	173	165
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	16.169	18.625
2.01.05.02.05	Entidade de Previdência Privada	15.950	16.331
2.01.05.02.06	Outros Passivos Circulantes	104.460	101.056
2.01.06	Provisões	11.064	10.090
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.064	10.090
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.143	3.623
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	7.921	6.467
2.02	Passivo Não Circulante	1.504.622	1.479.090
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.083.513	1.079.877
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	795.940	720.266
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	725.488	700.679
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	70.452	19.587
2.02.01.02	Debêntures	287.573	359.611
2.02.02	Outras Obrigações	357.354	340.986
2.02.02.02	Outros	357.354	340.986
2.02.02.02.03	Fornecedores	36.923	34.745
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	27.381	24.000
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência Privada	264.121	257.217

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.02.02.06	Outros Passivos não Circulantes	28.929	25.024
2.02.04	Provisões	63.755	58.227
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.755	58.227
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.057	1.052
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	17.813	20.530
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	44.885	36.645
2.03	Patrimônio Líquido	1.522.481	1.548.592
2.03.01	Capital Social Realizado	590.174	590.174
2.03.02	Reservas de Capital	558.080	558.080
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	454.999	454.999
2.03.02.07	Remun de Bens Direitos const. Capital Próprio	30.077	30.077
2.03.02.08	Reserva de Incentivo Fiscal	73.004	73.004
2.03.04	Reservas de Lucros	409.120	409.014
2.03.04.01	Reserva Legal	118.035	118.035
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	14.214	14.214
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	276.261	276.261
2.03.04.10	Outras Reservas de Lucros	610	504
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-58.968	-33.481
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	24.075	24.805
2.03.08.01	Ganho sobre Ativo disponível para venda	24.075	24.805

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	951.561	2.711.756	741.872	2.362.471
3.01.01	Receita Bruta	1.306.514	3.761.420	1.053.478	3.303.187
3.01.02	(-) Deduções da Receita Burta	-354.953	-1.049.664	-311.606	-940.716
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-823.604	-2.345.797	-615.918	-1.899.306
3.03	Resultado Bruto	127.957	365.959	125.954	463.165
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-96.505	-299.683	-111.859	-307.629
3.04.01	Despesas com Vendas	-53.409	-156.056	-62.454	-177.312
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.096	-143.627	-49.405	-130.317
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	31.452	66.276	14.095	155.536
3.06	Resultado Financeiro	-35.279	-98.440	-22.408	-70.201
3.06.01	Receitas Financeiras	39.568	99.715	24.488	85.646
3.06.02	Despesas Financeiras	-74.847	-198.155	-46.896	-155.847
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.827	-32.164	-8.313	85.335
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-141	6.676	-529	-23.658
3.08.01	Corrente	0	0	13.201	-2.536
3.08.02	Diferido	-141	6.676	-13.730	-21.122
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.968	-25.488	-8.842	61.677
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.968	-25.488	-8.842	61.677
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,05310	-0,34130	-0,11840	0,82580
3.99.01.02	PNA	-0,05310	-0,34130	-0,11840	0,82580
3.99.01.03	PNB	-0,05840	0,37540	-0,13020	0,90840

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.968	-25.488	-8.842	61.677
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-243	-729	0	-512
4.02.01	Ganhos (perdas) atuarial do plano de beneficio definido	-368	-1.105	0	-776
4.02.02	Tributos s/ ganhos (perdas)	125	376	0	264
4.03	Resultado Abrangente do Período	-4.211	-26.217	-8.842	61.165

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	117.657	277.380
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	191.894	353.257
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	-32.164	85.335
6.01.01.02	Amortização	122.986	112.045
6.01.01.03	Encargos de dividas e atualizações monetárias cambiais e outras receitas financeiras	108.768	100.753
6.01.01.04	Valor justo de ativo financeiro da concessão	-4.296	-10.528
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	10.893	12.491
6.01.01.06	Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	27.037	24.341
6.01.01.07	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-41.330	28.820
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-74.237	-75.877
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-5.881	144.560
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	45.052	-8.910
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	-12.721	-14.250
6.01.02.04	Estoques	-6.304	-1.729
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-4.645	-5.554
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	554	-6.310
6.01.02.07	Entidade de previdência privada	-27	-769
6.01.02.08	Outros Ativos	-98.822	8.346
6.01.02.09	Fornecedores	82.151	-70.524
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	3.038	5.430
6.01.02.11	Encargos de dividas e swap pagos	-57.820	-44.033
6.01.02.12	Taxas regulamentares	925	-18.165
6.01.02.13	Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) pagos	0	-17.398
6.01.02.14	Impostos e contribuições a recolher	23.291	-8.151
6.01.02.15	Indenizações/contigências pagas	-29.540	-26.898
6.01.02.16	Entidade de previdência privada	-20.797	5.800
6.01.02.17	Outros passivos	7.309	-17.322
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-314.927	-241.052
6.02.01	Aquisição de intangível	-321.941	-238.832
6.02.02	Aplicação em titulos e valores mobiliários	-184.200	-146.370
6.02.03	Resgate de títulos e valores mobiliários	191.214	144.150
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	122.674	-68.389
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	189.639	119.603
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-96.080	-86.877
6.03.03	Amortização do principal de debêntures	0	-97.960
6.03.04	Obrigações vinculadas	29.115	11.954
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-15.109
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-74.596	-32.061
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	149.269	192.602
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	74.673	160.541

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	409.014	-33.481	24.805	1.548.592
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	409.014	-33.481	24.805	1.548.592
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	106	0	0	106
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	106	0	0	106
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.488	-729	-26.217
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-25.488	0	-25.488
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-729	-729
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	409.120	-58.969	24.076	1.522.481

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	412.444	-132.506	-42.469	1.385.723
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	412.444	-132.506	-42.469	1.385.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-11.182	0	0	-11.182
5.04.06	Dividendos	0	0	-11.337	0	0	-11.337
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	155	0	0	155
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.677	-512	61.165
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.677	0	61.677
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-512	-512
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	401.262	-70.829	-42.981	1.435.706

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	3.707.548	3.214.271
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.761.420	3.303.187
7.01.02	Outras Receitas	255	-5.321
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-54.127	-83.595
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.503.620	-2.017.799
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.926.154	-1.550.858
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-577.466	-466.941
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.203.928	1.196.472
7.04	Retenções	-122.986	-112.046
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-122.986	-112.046
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.080.942	1.084.426
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	99.715	85.646
7.06.02	Receitas Financeiras	99.715	85.646
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.180.657	1.170.072
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.180.657	1.170.072
7.08.01	Pessoal	139.816	112.522
7.08.01.01	Remuneração Direta	91.375	85.596
7.08.01.02	Benefícios	43.274	35.891
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.723	15.152
7.08.01.04	Outros	-11.556	-24.117
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	866.133	838.326
7.08.02.01	Federais	194.146	204.765
7.08.02.02	Estaduais	668.763	630.201
7.08.02.03	Municipais	3.224	3.360
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	200.196	157.547
7.08.03.01	Juros	198.155	155.847
7.08.03.02	Aluguéis	2.041	1.700
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-25.488	61.677
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-25.488	61.677

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

1. Área de Concessão

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado de Pernambuco, que atende a uma população estimada de 8,9 milhões de habitantes em 184 municípios do Estado de Pernambuco, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo na Paraíba.

A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 99 mil Km^2, e atende a 100% do total dos domicílios do Estado de Pernambuco.

2. Evolução do Negócio

2.1.Mercado de Energia Elétrica

2.1.1. Evolução do Número de Consumidores Ativo

Classe	Evolução Número de Consumidores				
	3T14	3T13	Variação 2014/2013 - %	Variação Vertical	
				3T14	3T13
Residencial	2.991.812	2.916.173	2,6%	87,8%	87,8%
Comercial	212.672	202.911	4,8%	6,2%	6,1%
Industrial	11.507	12.148	-5,3%	0,3%	0,4%
Rural	157.338	156.308	0,7%	4,6%	4,7%
Poder Público	23.027	22.607	1,9%	0,7%	0,7%
Iluminação Pública	5.310	5.458	-2,7%	0,2%	0,2%
Serviço Público	3.317	3.130	6,0%	0,1%	0,1%
Subtotal	**3.404.983**	**3.318.735**	**2,60%**	**99,97%**	**99,97%**
Consumo Próprio	983	957	2,7%	0,03%	0,03%
Suprimento	25	26	-3,8%	0,00%	0,00%
Total Fornecimento	**3.405.991**	**3.319.718**	**2,60%**	**100,00%**	**100,00%**

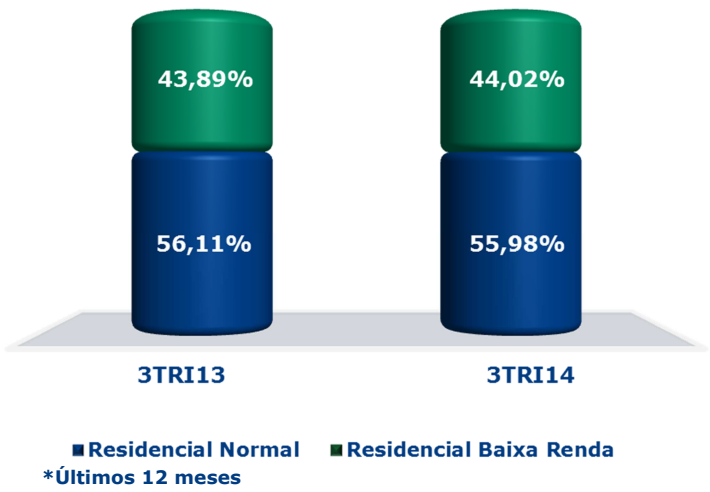
A Companhia encerrou o terceiro trimestre de 2014 com um número total de 3.405.991 consumidores, o que representa um crescimento de 2,60% em relação ao mesmo período de 2013. Esse crescimento representa um incremento de 86.273 novas unidades consumidoras na base comercial da Companhia.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 75.639 novos consumidores. Tal resultado é reflexo do crescimento da construção civil no estado nos últimos anos. O desenvolvimento econômico que o estado vem vivendo tem propiciado a criação de novos empreendimentos imobiliários que além de atender a uma demanda do público interno também atinge à população que migra de outras regiões do país para aproveitar as novas oportunidades que Pernambuco vem oferecendo.

O número de consumidores residenciais em setembro de 2014 representa 87,8% do total de clientes/contratos ativos, e do total de consumidores residenciais, 44,02% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010.

Comentário do Desempenho

2.1.1.1. Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial (%)



2.2. Energia Vendida em MWh e Reais/Mil

Classe	3T2014		3T2013		Variação 2014/2013 - %		Variação Vertical 3T14	
	Receita (R$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R$ mil)	Volume (GWh)
Residencial	433.802	1.102,0	365.103	1.072,8	18,8%	2,7%	41,6%	40,8%
Industrial	156.518	409,7	119.854	370,1	30,6%	10,7%	15,0%	15,2%
Comercial	275.034	596,4	214.416	545,4	28,3%	9,4%	26,4%	22,1%
Rural	37.612	155,0	31.173	157,1	20,7%	-1,3%	3,6%	5,7%
Poder Público	67.708	160,2	57.017	156,7	18,8%	2,2%	6,5%	5,9%
Iluminação Pública	30.841	110,3	24.775	106,1	24,5%	4,0%	3,0%	4,1%
Serviço Público	41.749	162,3	33.067	153,0	26,3%	6,1%	4,0%	6,0%
Subtotal	**1.043.264**	**2.696,0**	**845.405**	**2.561,2**	**23,40%**	**5,26%**		**99,89%**
Consumo Próprio	-	2,8	-	3,0	-	-5,4%	-	0,1%
Total Fornecimento	**1.043.264**	**2.698,9**	**845.405**	**2.564,2**	**23,40%**	**5,25%**	**100,00%**	**100,00%**

O volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia no terceiro trimestre de 2014 foi de 2.698,9 GWh, representando um acréscimo de 5,25% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou um crescimento de 2,7%, atingindo um consumo de 1.102,0 GWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Celpe, com uma participação de 40,8% e tem se beneficiado de políticas de distribuição de renda para melhorar seu desempenho no período considerado.

A classe industrial registrou um acréscimo de 10,7% tendo esse resultado refletido na entrada e ampliação de novas cargas.

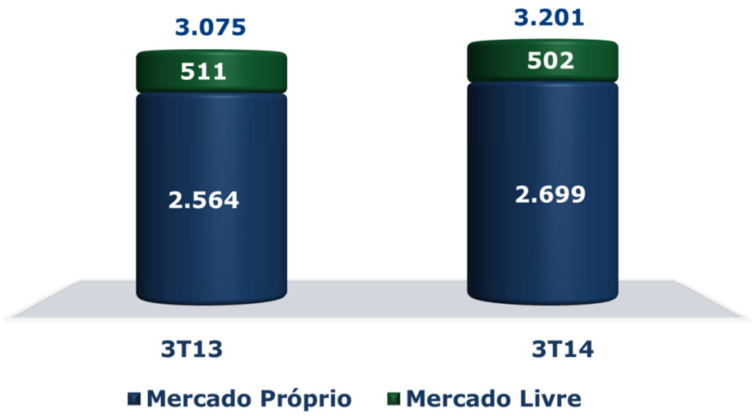
A classe comercial apresentou um acréscimo de 9,4%, reflexo do aumento de consumo dos ramos de bares e restaurantes, hotéis e comércio varejista.

A classe rural apresenta seu desempenho bastante vinculado ao comportamento das variáveis climáticas, tendo registrado decrescimento de 1,3%.

Comentário do Desempenho

2.3.Energia Distribuída

A energia distribuída (cativo + livre) pela Celpe no terceiro trimestre de 2014 foi 3.201 GWh, 4,1% maior que o registrado no mesmo período de 2013. Percebe-se, no período, uma redução da participação do mercado livre, que foi de 15,68% no terceiro trimestre de 2014 e 16,62% no terceiro trimestre de 2013, evidenciando uma redução no processo de migração para o ACL.



2.4.Balanço Energético - MWh

Legenda:
3T14
3T13

LEILÃO ENERGIA EXISTENTE	%
321.151	9,62%
370.532	11,31%

QUOTAS (HIDRO + ANGRA)	%
931.735	27,91%
977.359	29,83%

TERMOPE	%
861.120	25,79%
861.120	26,28%

PROINFA	%
67.773	2,03%
66.727	2,04%

MCSD	%
33.171	0,99%
-33.825	-1,03%

LEILÃO ENERGIA NOVA	%
1.102.011	33,01%
1.018.639	31,09%

LEILÃO FONTE ALTERNATIVA	%
17.587	0,53%
12.210	0,37%

GERAÇÃO PRÓPRIA	%
3.819	0,11%
3.871	0,12%

Contratos
3.338.367
3.276.633

Uso Distribuidoras
38.456
37.505

Mercado Livre
501.959
511.166

Perdas Rede Básica
67.681
64.498

Sobras
-63.857
44.083

Injetada
3.874.959
3.716.724

⇔

Injetada
3.874.959
3.716.724

Mercado Próprio	%
2.698.877	69,65%
2.564.192	68,99%

Mercado Livre	%
501.959	12,95%
511.166	13,75%

Perda Distribuição	%
635.667	16,40%
603.861	16,25%

Uso Distribuidoras	%
38.456	0,99%
37.505	1,01%

Residencial	%
1.102.025	40,83
1.072.780	41,84

Industrial	%
409.686	15,18
370.091	14,43

Comercial	%
596.441	22,10
545.375	21,27

Rural	%
155.039	5,74
157.102	6,13

Outros	%
435.685	16,14
418.845	16,33

Comentário do Desempenho

A energia injetada atingiu o patamar de 3.874.959 MWh no terceiro trimestre de 2014, um crescimento de 4,26% com relação a igual período de 2013. Do total da energia injetada, 69,65% foi destinada ao consumo regulado, 12,95% para o consumo do mercado livre, 0,99% para o suprimento de fronteira e 16,40% representam perdas no processo de distribuição no trimestre.

Em 2014, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais), acumuladas até setembro, apresentaram um decrescimento de 0,74 pontos percentuais, em relação ao mesmo período do ano anterior.

2.5.Reajuste / Revisão Tarifária

Conforme previsto nos Contratos de Concessão da CELPE, o processo de reajuste e revisão tarifária são determinantes para o entendimento da receita do segmento de distribuição de energia elétrica.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.723 de 28 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2014, homologou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia, em 15,99%, sendo 14,05% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 1,94% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 17,75% a ser percebido pelos consumidores cativos.

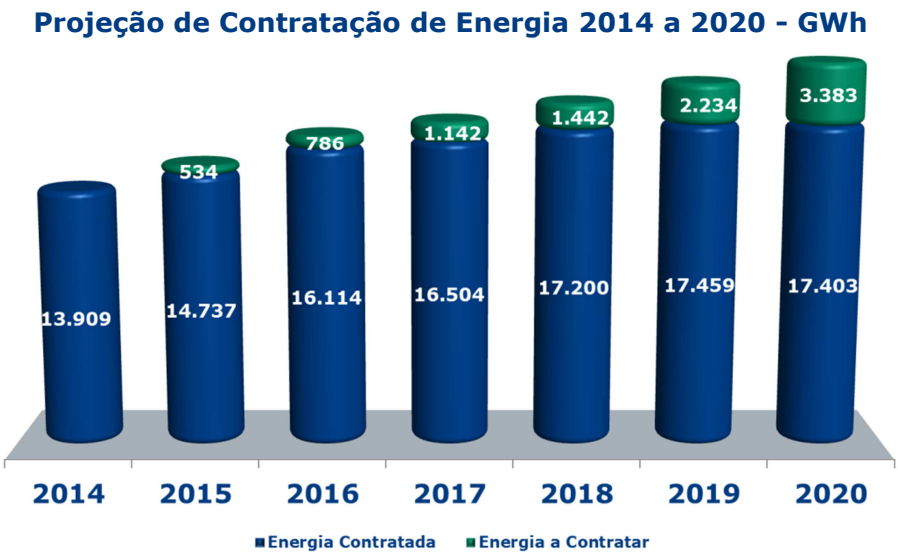
As novas tarifas entraram em vigor no dia 29 de abril de 2014 com vigência até 28 de abril de 2015.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de 17,86%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o efeito médio foi de 17,69%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidem nas tarifas de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.519 de 23 de abril de 2013.

2.6.Energia Contratada

No gráfico a seguir apresentamos a energia contratada e a contratar para o período de 2014 a 2020 para o mercado da Celpe baseada na expectativa de crescimento.

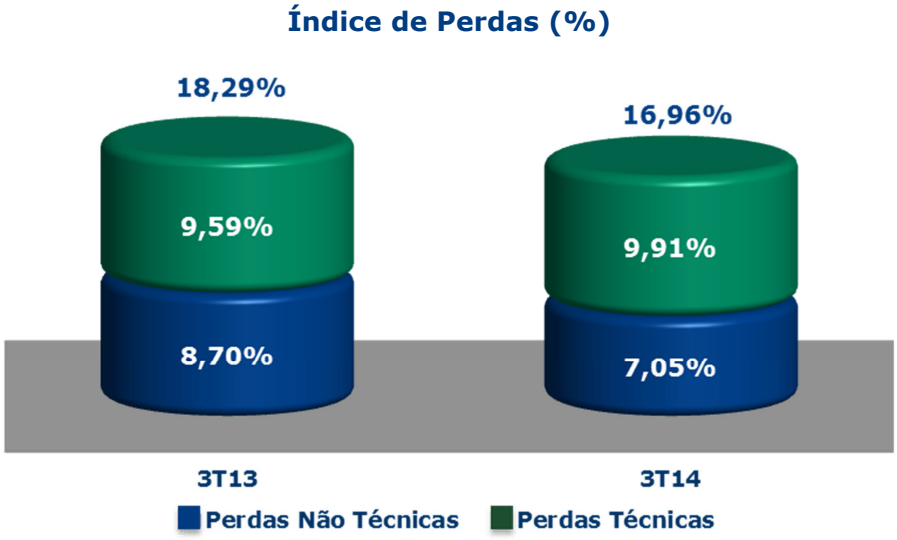


Comentário do Desempenho

2.7. Índice de Perdas

As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes das irregularidades no cadastro de consumidores, medição e instalações de consumo.

As perdas de energia são acompanhadas pelas distribuidoras através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, a seguir estão disponibilizados os índices de perdas da Celpe até setembro de 2014, comparado ao mesmo período do ano anterior:



A Celpe apresentou uma diminuição no Índice de Perdas Globais em relação ao mesmo período de 2013. A distribuidora atua fortemente no combate às perdas e até o momento foram gastos cerca de R$ 46 milhões, onde as principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 84 mil inspeções e recuperação de 72,5 GWh de energia;
- Regularização de 10.220 consumidores clandestinos;
- Substituição de mais de 45 mil equipamentos de medição, com equipes de inspeção e de enlace;
- Instalação de 3.333 medições externas em clientes com impedimento de leitura;
- Atuação concentrada em áreas de perdas elevadas com aplicação de blindagem adequada as características do local, incorporando mercado, minimizando a possibilidade de realização de irregularidade e facilitando as ações comerciais como leitura, corte, religação, acompanhamento de cortados.
- Monitoramento e telemedição de unidades consumidora.

2.8.Arrecadação

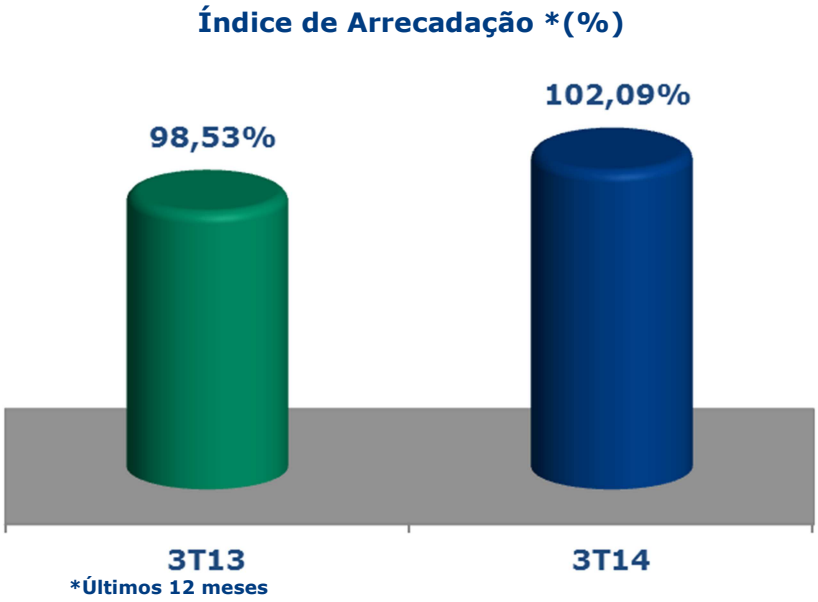
O desempenho da arrecadação é medido pelo Índice de Arrecadação – IAR, definido pelo valor total arrecadado em relação aos valores faturados por fornecimento de energia, considerando o período acumulado dos últimos 12 meses.

Comentário do Desempenho

No período, passados os impactos do reajuste tarifário autorizado em abril/2014, implementação do *On Site Billing*[1] e ajuste de calendário de leitura, ressalta-se um crescimento de 21,97% do faturamento em relação ao terceiro trimestre de 2013 e 26,37% de crescimento da arrecadação em relação ao mesmo período.

O desempenho da arrecadação foi diretamente influenciado pela melhoria e intensificação das ações de cobrança, o que resultou na variação positiva do indicador em 4 pontos percentuais em relação ao terceiro trimestre de 2013.

Seguem abaixo o índice da Celpe em 2014 e seu comportamento em relação a 2013:



As ações de recuperação de créditos foram intensificadas com foco em:

- Direcionamento das ações de recuperação de crédito baseada no conceito de Matriz de Risco e com utilização de georreferenciamento;
- Inicio de novas operações de cobrança (Telecobrança e Pré-Corte);
- Criação do Plano emergencial do IAR que intensifica a volumetria das ações de recuperação de crédito baseada no conceito de Matriz de Risco;
- Intensificação das ações administrativas de menor custo, como URA (Unidade de Resposta Audível) e SMS (Serviço de Mensagens), voltado para dívidas de baixo risco de recebimento, iniciando o processo de cobrança;
- Readequação das ações de campo (Suspensão de fornecimento, Acompanhamento de Cortados, etc.) para dívidas de maior risco de recebimento (maiores débitos);
- Redução do prazo de parcelamentos, reduzindo o risco da companhia e elevando a arrecadação das parcelas.
- Ações de cobrança com foco em arrecadação de faturas de irregularidade;
- Inclusões em órgãos restritivos de proteção ao crédito (SPC e Serasa);
- Ação de Visita com Negociação em clientes cortados de todas as classes;

[1] Sistema que possibilita o faturamento e entrega da fatura no momento da leitura do consumo do cliente.

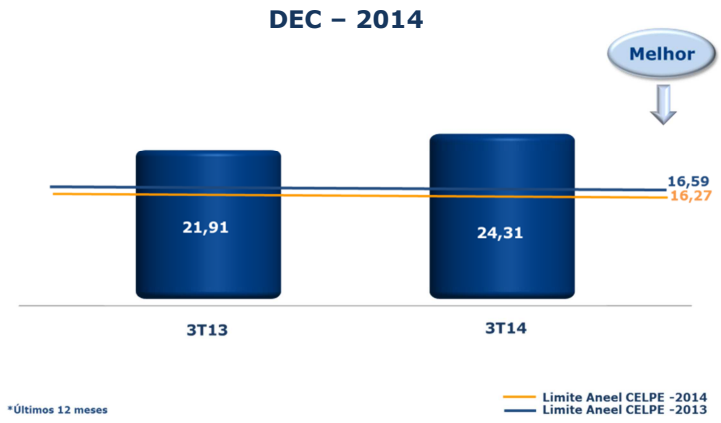
- Cobrança de sinal na realização dos planos de parcelamentos;
- Cobrança de dívidas antigas com foco na redução da PCLD.

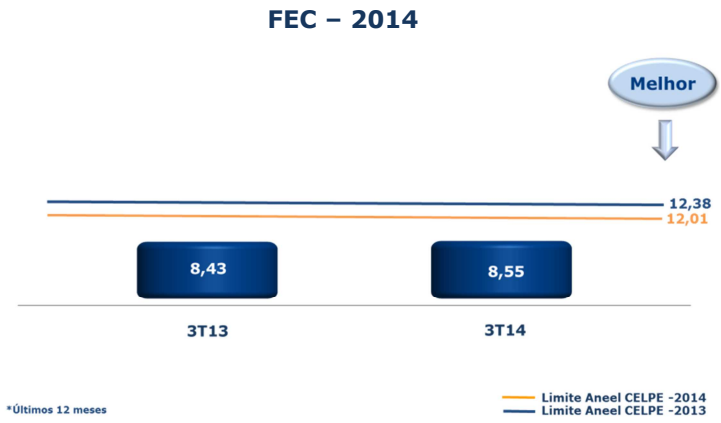
2.9. Indicadores de Qualidade no Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), que aferem a duração e a quantidade média de falhas por consumidor ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos 12 meses.

A apuração dos indicadores coletivos de continuidade até o terceiro trimestre de 2014 apresenta o DEC da CELPE acima do limite estabelecido pela ANEEL para a distribuidora no ano de 2014, enquanto o FEC abaixo do limite estabelecido pela ANEEL.

Os indicadores da Companhia, assim como os seus limites, são comparados a seguir:





Fontes: ANEEL - DEC e FEC Limite em 2014.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes, tendo sido investido no 3º trimestre de 2014 o montante de R$ 137.893 mil, acumulando até o 3º trimestre em R$ 323.693 mil.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões incluindo o Programa Luz para Todos.

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

Comentário do Desempenho

- Expansão e renovação em subestações e linhas de distribuição em média e alta tensa;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

R$ mil

Descrição	3T14		Acumulado até 30/09/2014	
	Investimento Total	Subvenções Realizadas	Investimento Total	Subvenções Realizadas
Geração	-	-	- 109	-
Distribuição	124.348	-	300.627	- 12.035
Comercialização	3.082	-	2.758	-
Administração	10.463	-	20.417	-
Total	**137.893**	**-**	**323.693**	**-12.035**

3.1.Programa Luz Para Todos

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal em 2003 e com prazo de execução das obras até o final de 2011, posteriormente prorrogado até 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

O Programa Luz para Todos tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

De 2004, quando o programa começou, até setembro de 2014, a distribuidora já realizou 98.419 ligações e 1.313 estão em execução. A previsão é de encerrar o ano de 2014 com 99.732 ligações realizadas em todo o programa.

Programa Luz para Todos	
Ligações executadas até 2009	93.200
Ligações executadas em 2013	874
Ligações executadas até 30/09/2014	4.345
Total de Ligações Executadas	**98.419**
Em execução	**1.313**
A executar	**-**
Ligações totais previstas pelo programa	**99.732**

Comentário do Desempenho
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1.Resultado do Trimestre

Descrição	Trimestre -R$ Mil		Variação	
	3T14	3T13	R$ Mil	%
Receita Bruta	**1.306.514**	**1.053.478**	**253.036**	**24,02**
Deduções da Receita Bruta	-354.953	-311.606	-43.347	13,91
Receita Líquida	**951.561**	**741.872**	**209.689**	**28,26**
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	-823.604	-615.918	-207.686	33,72
Resultado Bruto	**127.957**	**125.954**	**2.003**	**1,59**
Outras Despesas Operacionais	-96.505	-111.859	15.354	-13,73
Resultado do Serviço (I)	**31.452**	**14.095**	**17.357**	**123,15**
Amortização / Depreciação	41.254	36.081	5.173	14,34
EBITDA	**72.706**	**50.176**	**22.530**	**44,90**
Resultado Financeiro (II)	-35.279	-22.408	-12.871	57,44
Resultado Operacional (I) + (II)	**-3.827**	**-8.313**	**4.486**	**-53,97**
IR e CSLL	-141	-529	388	-73,35
Lucro/Prejuízo antes da reversão dos JSCP	-3.968	-8.842	4.874	-55,12
Lucro do Período	**-3.968**	**-8.842**	**4.874**	**-55,12**

4.1.1. Receita Operacional Líquida

A Companhia apresentou no terceiro trimestre de 2014 uma Receita Bruta de R$ 1.306.514 mil (R$ 1.053.478 mil no terceiro trimestre de 2013), representando um acréscimo de 24,02%, e uma Receita Líquida de R$ 951.561 mil (R$ 741.872 mil no terceiro trimestre de 2013), representando um acréscimo de 28,26%.

Os fatores determinantes da variação da Receita Líquida foram:

- Aumento da receita com o fornecimento de energia elétrica no montante de R$ 179.066 mil (41,52%), apesar de ocorrer redução da tarifa de energia conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória nº 1.429, de 24 de janeiro de 2013;

- Aumento de Disponibilização do sistema de distribuição em R$ 40.508 mil, decorrente principalmente do aumento da tarifa de transporte em 2014;

- Aumento dos tributos ICMS e PIS/COFINS, devido principalmente ao aumento da receita bruta de vendas e/ou serviços;

- Aumento da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, decorrente de valor homologado maior do que o mesmo período do ano anterior, conforme Resolução Homologatória 1.699/14.

Comentário do Desempenho

4.1.2. Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Trimestre -R$ Mil		Variação	
	3T14	3T13	R$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-538.241	-422.227	-116.014	27,48
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-50.430	-19.575	-30.855	157,62
Taxa de Fiscalização – TFSEE	-1.183	-1.126	-57	5,06
Combustível para produção de energia	-853	-1.491	638	-42,79
Subtotal	**-590.707**	**-444.419**	**-146.288**	**32,92**
Custos e Despesas Gerenciáveis	**3T14**	**3T13**	**R$ Mil**	**%**
Pessoal e Administradores	-45.984	-41.653	-4.331	10,40
Material	-3.535	-1.787	-1.748	97,82
Serviços de terceiros	-82.496	-73.498	-8.998	12,24
Depreciação e amortização	-41.254	-36.081	-5.173	14,34
Provisões Líquidas - PCLD	-18.013	-29.610	11.597	-39,17
Provisões Líquidas - Contingências	5.391	-233	5.624	-2.413,73
Custo de Construção	-123.519	-86.524	-36.995	42,76
Outros	-19.992	-13.972	-6.020	43,09
Subtotal	**-329.402**	**-283.358**	**-46.044**	**16,25**
Total	**-920.109**	**-727.777**	**-192.332**	**26,43**

Os custos e despesas operacionais no terceiro trimestre de 2014 correspondem a R$ 920.109 mil (R$ 727.777 mil no mesmo período de 2013), representando um acréscimo de R$ 192.332 mil (26,43%).

Contribuíram para esse resultado:

- Aumento do custo da energia elétrica comprada para revenda, em R$ 116.014 mil, decorrente principalmente de:

  ✓ Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos: 12º LEN (Leilão de Energia Nova) e 13º LEE (Leilão de Energia Existente), especialmente pelo efeito das térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada;
  ✓ Aumento do custo variável pago às térmicas despachadas pelo ONS, para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais;
  ✓ Maior exposição ao mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de descontratação involuntária, ocasionado pela redistribuição das cotas em função da Lei 12.783/13 e/ou por projetos térmicos postergados ou cancelados;

  Estes acréscimos foram parcialmente compensados pela:

  ✓ Redução das tarifas de compras de energia das concessões de geração renovadas pela Lei 12.783/13;
  ✓ Contabilização/reconhecimento das medidas do Governo Federal de auxílio às distribuidoras de energia, mediante os Decretos 8.203/14 e 8.221/14. O valor parcialmente compensado pelos repasses da CDE (ou CONTA-ACR), alcançou no 3T14 o montante de R$ 88.469.
  ✓ Pela entrada em 2014 do contrato da UHE Jirau.

- Aumento do custo dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, em R$ 30.855 mil, decorrente principalmente da nova classificação do ESS para o ano de 2014;

Comentário do Desempenho

- Aumento do custo de pessoal, em R$ 4.331 mil, decorrente principalmente do reajuste salarial, a redução da transferência do custeio para investimento e aumento do PLR;

- Aumento do Custo de Serviços de terceiros, em R$ 8.998 mil, decorrente principalmente pelo aumento nos serviços de manutenção corretiva e de linha viva, Comunicação (Telefone e Internet), Serviço de leitura e entrega, Processamento de dados, Desligação/Religação;

- Aumento da Amortização, em R$ 5.173, devido principalmente aos ajustes na cota do novo saldo do ativo intangível afetado pelo Laudo em 2013 e do recálculo da depreciação baixada em 2013.

- Redução das Provisões Líquidas PCLD e perdas conta a receber/consumidores, em R$ 11.597 mil, em decorrência do aumento de número dos cortes realizados no terceiro trimestre, devido a melhoria da efetividade do corte, crescimento do resultado da assessoria de cobrança, intensificação das ações administrativas (URA/SMS e Negociações).

- Aumento das Provisões líquidas contingências, em R$ 5.624, decorrente principalmente da reversão em R$ 3.997 de contingência Cível;

- Aumento de Outros Custos/Despesas, em R$ 6.020, decorrente principalmente do impacto favorável em 2013, devido à reclassificação do ICMS rural e poder público em R$ 8.104 para deduções; e do aumento das indenizações trabalhistas de terceiros em R$ 3.187 nesse período;

4.1.3. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Trimestre -R$ Mil		Variação	
	3T14	3T13	R$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	2.236	4.544	-2.308	-50,79
Juros, comissões e acréscimo moratório	13.166	8.189	4.977	60,78
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	-33.328	-20.130	-13.198	65,56
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	-17.353	-15.011	-2.342	15,60
Total	**-35.279**	**-22.408**	**-12.871**	**57,44**

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R$ 35.279 mil no terceiro trimestre de 2014, contra um resultado financeiro líquido negativo de R$ 22.408 mil no mesmo período de 2013, representando uma variação desfavorável de R$ 12.871 mil.

Contribuíram para esse resultado:

- Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos), variação desfavorável em R$ 13.198 mil, devido basicamente:

  - ✓ Nova captação realizada junto ao Citibank, em Agosto/2014, cuja moeda original é o Dólar, o que resultou num aumento tanto da variação cambial quanto monetária;

  - ✓ Novo ingresso de recursos provenientes do BNDES, elevando as previsões de encargos do financiamento junto a esta fonte;

  - ✓ Captações realizadas junto ao IBM em Agosto e Setembro/2014;

  - ✓ Aumento da taxa de juros (CDI) vinculada à parte do endividamento da companhia;

  - ✓ Atualização da Receita Financeira da Concessão, corrigida pelo índice IGPM onde no 3º trimestre de 2014 foi de 0,20%, enquanto no mesmo período de 2013 foi de 0,51%, impactando na redução da receita em R$ 7.527 mil;

Comentário do Desempenho

- Outras Receitas (despesas) Financeiras Líquidas, variação desfavorável de R$ 2.342 mil, decorrente principalmente:

  ✓ Da multa regulatória, em R$ 2.105 mil, referente a processo de consumidor impactando no aumento da despesa no 3º trimestre de 2014.

4.1.4. Principais Indicadores

Indicadores Econômicos	Acumulado Até		Variação %
	3ºT14	3ºT13	3ºT14/13
Receita Operacional Bruta	3.761.420	3.303.187	13,87%
Receita Operacional Líquida	2.711.756	2.362.471	14,78%
EBITDA	186.869	264.988	-29,48%
Resultado do Serviço	66.276	155.536	-57,39%
Resultado Financeiro sem JSCP	-98.440	-70.201	40,23%
Lucro Líquido	-25.488	61.677	-141,32%
Margem EBITDA (%)	6,89%	11,22%	-4,33 p.p
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	6,59%	10,82%	-4,23 p.p
Margem Operacional (%)	2,44%	6,58%	-4,14 p.p
Margem Líquida (%)	-0,94%	2,61%	-3,55 p.p

Indicadores Financeiros	Acumulado Até		Variação %
	3ºT14	Dez/13	3ºT14/Dez/13
Ativo Total	4.007.376	3.791.353	5,70%
Dívida Bruta	1.461.368	1.353.102	8,00%
Patrimônio Líquido	1.522.481	1.548.592	-1,69%
Dívida Total Líquida	1.385.211	1.195.425	15,88%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	4,80	3,26	47,27%
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,48	0,44	9,35%
Dívida de Curto Prazo/Dívida Total	0,18	0,33	-46,86%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,38	0,41	-6,99%
	3ºT14	3ºT13	3ºT14/13
Investimentos	323.693	238.832	35,53%
Indicadores de Produtividade	**3ºT14**	**3ºT13**	**3ºT14/13**
Nº de Empregados	1.697	1.632	3,98%
Nº de Consumidores	3.405.991	3.319.718	2,60%
Consumidores/Empregados	2.007	2.034	-1,33%
Custos/Consumidores	-0,27	-0,23	18,86%
Receita Operacional Líquida/Empregados (**)	1.598	1.448	10,39%

(*) EBITDA análise dos últimos 12 meses
(**) ROL sem a Receita de Construção

Comentário do Desempenho

Conciliação EBITDA (*)	Trimestre		Variação %	Acumulado Até		Variação %
	3ºT14	3ºT13	3T14/13	30/09/2014	30/09/2013 Reapresentado	2014/2013
Lucro líquido	-3.968	-8.842	-55,12%	-25.488	61.677	-141,32%
Despesas financeiras	74.848	46.896	59,60%	198.155	155.847	27,15%
Receitas financeiras	-39.568	-24.488	61,58%	-99.715	-85.646	16,43%
Imposto de renda	-4.105	-3.892	5,47%	-19.412	10.396	-286,72%
Depreciação e Amortização	41.254	36.081	14,34%	120.592	109.452	10,18%
Amortização de ágio	4.245	4.421	-3,98%	12.736	13.262	-3,96%
EBITDA	**72.706**	**50.176**	**44,90%**	**186.868**	**264.988**	**-29,48%**

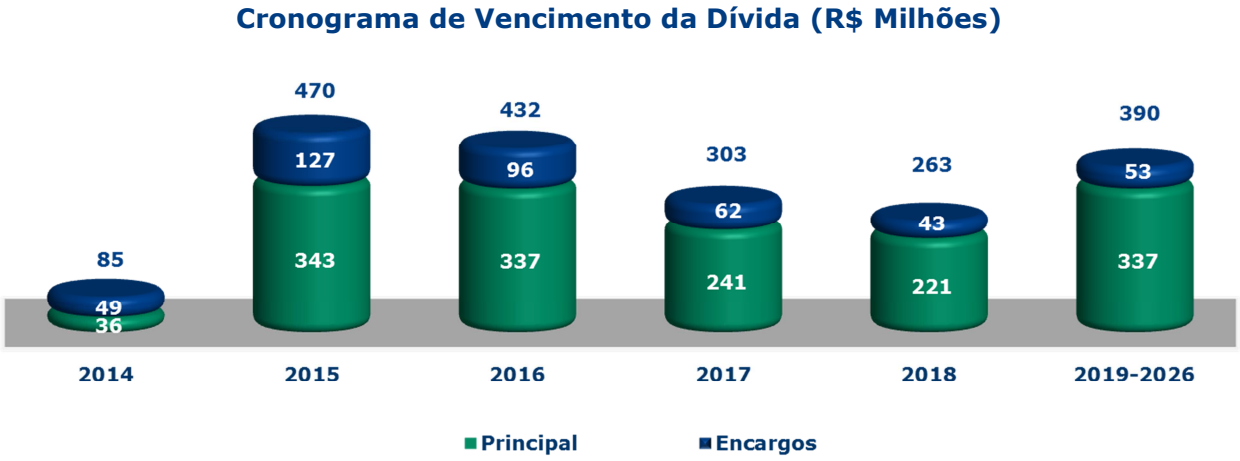
5. ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R$ 1.353.102 mil em 31 de dezembro de 2013 para R$ 1.461.368 mil em 30 de setembro de 2014. Este acréscimo de 8,0% ocorreu principalmente em função de uma nova captação realizada junto ao Banco Citibank, no valor de USD 24.144, equivalentes a R$ 55.000, e de ingressos financeiros provenientes do contrato já existente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A dívida líquida da Celpe (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o terceiro trimestre de 2014 com R$ 1.385.211 mil (R$ 1.195.425 mil em 30 de dezembro de 2013).

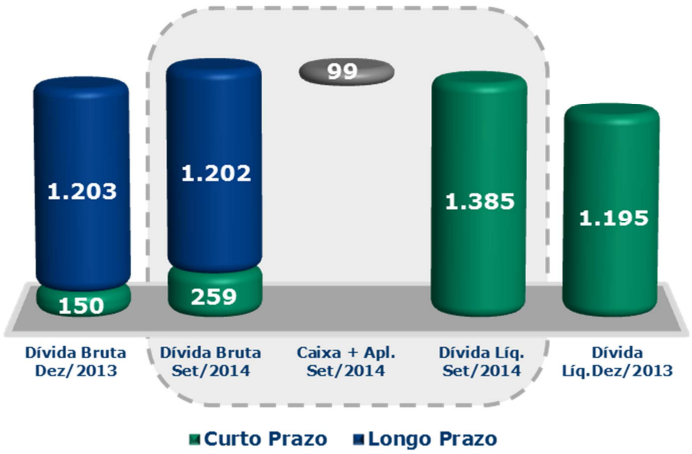
O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,26 em 31 de dezembro de 2013 para 4,80 em 30 de setembro de 2014 devido a evolução da dívida líquida ter sido superior ao crescimento do EBITDA no período.

A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre principal e encargos.

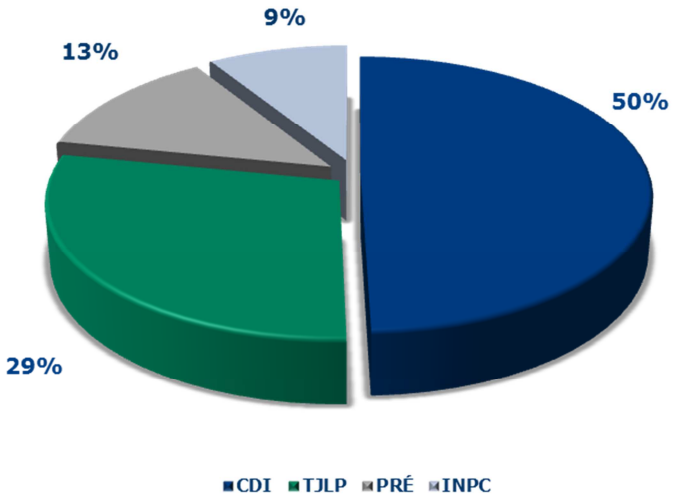


Comentário do Desempenho

Evolução da Dívida (R$ Milhões)



Endividamento por Indexador (%)



Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

	Notas	30/09/14	31/12/13
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	74.673	149.269
Contas a receber de clientes e outros	4	725.339	631.689
Títulos e valores mobiliários	5	703	2.023
Recursos CDE	6	79.470	10.758
Impostos e contribuições a recuperar	7	62.790	98.666
Estoques		13.283	6.979
Despesas pagas antecipadamente		7.586	8.140
Serviços em curso	8	6.418	11.411
Outros ativos circulantes	9	29.775	16.025
TOTAL DO CIRCULANTE		1.000.037	934.960
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	99.933	146.372
Títulos e valores mobiliários	5	781	6.391
Impostos e contribuições a recuperar	7	24.394	19.152
Impostos e contribuições diferidos	10	331.618	324.564
Depósitos judiciais	11	53.817	47.853
Entidade de Previdência Privada		570	543
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	436.290	356.549
Outros ativos não circulantes	9	2.119	2.158
Investimentos		2.734	2.734
Intangível	13	2.055.083	1.950.077
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.007.339	2.856.393
TOTAL DO ATIVO		4.007.376	3.791.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/09/14	31/12/13
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	429.021	349.048
Empréstimos e financiamentos	15	154.419	129.106
Debêntures	16	90.276	6.838
Salários e encargos a pagar	17	29.167	26.129
Taxas regulamentares	18	16.169	18.625
Impostos e contribuições a recolher	19	129.574	106.283
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	173	165
Provisões	21	11.064	10.090
Entidade de previdência privada	29	15.950	16.331
Outros passivos circulantes	22	104.460	101.056
TOTAL DO CIRCULANTE		980.273	763.671
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	36.923	34.745
Empréstimos e financiamentos	15	795.940	720.266
Debêntures	16	287.573	359.611
Taxas regulamentares	18	27.381	24.000
Provisões	21	63.755	58.227
Entidade de previdência privada	29	264.121	257.217
Outros passivos não circulantes	22	28.929	25.024
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.504.622	1.479.090
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23		
Capital social		590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		409.120	409.015
Outros resultados abrangentes		24.075	24.804
Prejuízo acumulado		(58.968)	(33.481)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.522.481	1.548.592
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.007.376	3.791.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13 (Reapresentado)	01/01/13 a 30/09/13 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	24	**951.561**	**2.711.756**	**741.872**	**2.362.471**
CUSTO DO SERVIÇO		(823.604)	(2.345.797)	(615.918)	(1.899.306)
Custos com energia elétrica	25.a	(588.671)	(1.730.479)	(441.802)	(1.399.819)
Custos de operação	25.b	(111.414)	(326.301)	(87.592)	(277.246)
Custos de construção		(123.519)	(289.017)	(86.524)	(222.241)
LUCRO BRUTO		**127.957**	**365.959**	**125.954**	**463.165**
Despesas com vendas	25.b	(53.409)	(156.056)	(62.454)	(177.312)
Despesas gerais e administrativas	25.b	(43.096)	(143.627)	(49.405)	(130.317)
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL		**31.452**	**66.276**	**14.095**	**155.536**
Resultado financeiro		(35.279)	(98.440)	(22.408)	(70.201)
Receitas financeiras	26	39.568	99.715	24.488	85.646
Despesas financeiras	26	(74.847)	(198.155)	(46.896)	(155.847)
LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(3.827)**	**(32.164)**	**(8.313)**	**85.335**
Imposto de renda e contribuição social		**(141)**	**6.676**	**(529)**	**(23.658)**
Corrente	10	-	-	27.581	(2.536)
Diferido	10	4.104	19.412	(9.309)	(7.860)
Imposto de renda - SUDENE	10	-	-	(14.380)	-
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	10	(4.245)	(12.736)	(4.421)	(13.262)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		**(3.968)**	**(25.488)**	**(8.842)**	**61.677**
LUCRO/(PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		(0,0531)	(0,3413)	(0,1184)	0,8258
Preferencial A		(0,0531)	(0,3413)	(0,1184)	0,8258
Preferencial B		(0,0584)	(0,3754)	(0,1302)	0,9084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	01/07/14 a 30/09/14	01/01/14 a 30/09/14	01/07/13 a 30/09/13 (Reapresentado)	01/01/13 a 30/09/13 (Reapresentado)
Lucro/(prejuízo) do período	**(3.968)**	**(25.488)**	**(8.842)**	**61.677**
Outros resultados abrangentes				
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	(368)	(1.105)	-	(776)
Tributos s/ ganhos (perdas)	125	376	-	264
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	**(243)**	**(729)**	**-**	**(512)**
Total do resultado abrangente do período, líquido dos efeitos tributários	**(4.211)**	**(26.217)**	**(8.842)**	**61.165**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

		Reserva de Capital			Reservas de Lucros							
01/01/14 a 30/09/14	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas	Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**590.174**	**30.077**	**454.999**	**73.004**	**276.261**	**118.035**	**14.214**	**504**	**24.805**	**(33.481)**	**-**	**1.548.592**
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	106	-	-	-	106
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	**106**	-	-	-	**106**
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.488)	-	(25.488)
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.105)	-	-	(1.105)
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	-	376	-	-	376
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	**(729)**	-	-	**(729)**
Saldos em 30 de setembro de 2014	**590.174**	**30.077**	**454.999**	**73.004**	**276.261**	**118.035**	**14.214**	**610**	**24.076**	**(58.969)**	**-**	**1.522.481**

		Reserva de Capital			Reservas de Lucros							
01/01/13 a 30/09/13	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	**590.174**	**30.077**	**454.999**	**73.004**	**268.523**	**118.035**	**14.214**	**335**	**(42.469)**	**(132.506)**	**11.337**	**1.385.723**
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	155	-	-		155
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.337)	(11.337)
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	**155**	-	-	**(11.337)**	**(11.182)**
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.677	-	61.677
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	-	(776)	-	-	(776)
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	-	264	-	-	264
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	**(512)**	-	-	**(512)**
Saldos em 30 de setembro de 2013	**590.174**	**30.077**	**454.999**	**73.004**	**268.523**	**118.035**	**14.214**	**490**	**(42.981)**	**(70.829)**	**-**	**1.435.706**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Ref.:	30/09/14	30/09/13 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/(prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social		(32.164)	85.335
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Amortização	(*)	122.986	112.046
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras		108.768	100.753
Valor justo do ativo financeiro da concessão		(4.296)	(10.528)
Valor residual do ativo intangível baixado		10.893	12.491
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas		27.037	24.341
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(41.330)	28.819
		191.894	353.257
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Contas a receber de clientes e outros		(5.881)	144.560
IR e CSLL a recuperar		45.052	(8.910)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL		(12.721)	(14.250)
Estoques		(6.304)	(1.729)
Depósitos judiciais		(4.645)	(5.554)
Despesas pagas antecipadamente		554	(6.310)
Entidade de previdência privada		(27)	(769)
Outros ativos		(98.822)	8.346
		(82.794)	115.384
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores		82.151	(70.524)
Salários e encargos a pagar		3.038	5.430
Encargos de dívidas e swap pagos		(57.820)	(44.033)
Taxas regulamentares		925	(18.165)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos		-	(17.398)
Impostos e contribuições a recolher		23.291	(8.151)
Indenizações/contingências pagas		(29.540)	(26.898)
Entidade de previdência privada		(20.797)	5.800
Outros passivos		7.309	(17.322)
		8.557	(191.261)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		117.657	277.380
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de intangível		(321.941)	(238.832)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(184.200)	(146.370)
Resgate de títulos e valores mobiliários		191.214	144.150
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(314.927)	(241.052)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos		189.639	119.603
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos		(96.080)	(86.877)
Amortização do principal de debêntures		-	(97.960)
Obrigações vinculadas		29.115	11.954
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		-	(15.109)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		122.674	(68.389)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(74.596)	(32.061)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		149.269	192.602
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		74.673	160.541
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(74.596)	(32.061)

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Ref.:	30/09/14	30/09/13 (Reapresentado)
Receitas			
Vendas brutas de energia, serviços e outros		3.761.420	3.303.187
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(54.127)	(83.595)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos		255	(5.321)
		3.707.548	**3.214.271**
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	(*)	(1.818.077)	(1.473.938)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*)	(110.472)	(71.176)
Matérias-primas consumidas	(*)	2.395	(5.744)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*)	(577.466)	(466.941)
		(2.503.620)	(2.017.799)
Valor adicionado bruto		**1.203.928**	**1.196.472**
Amortização	(*)	(122.986)	(112.046)
Valor adicionado líquido		**1.080.942**	**1.084.426**
Receitas financeiras		99.715	85.646
Valor adicionado total a distribuir		**1.180.657**	**1.170.072**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal		-	
Remunerações		72.923	68.546
Encargos sociais (exceto INSS)		16.723	15.152
Entidade de previdência privada		13.195	10.659
Auxílio alimentação		8.487	7.765
Convênio assistencial e outros benefícios		3.654	3.486
Despesas com desligamento		5.617	4.947
Férias e 13º salário		16.130	15.098
Plano de saúde		8.724	7.459
Indenizações trabalhistas		1.560	794
Participação no resultado		9.214	6.522
Administradores		2.322	1.952
Encerramento de ordem em curso		1.031	854
(-) Transeferência para Ordens		(19.764)	(30.712)
Subtotal		**139.816**	**112.522**
Impostos, taxas e contribuições			
INSS (sobre folha de pagamento)		17.783	16.537
ICMS		668.763	630.201
PIS/COFINS sobre faturamento		147.549	126.330
Imposto de renda e contribuição social		(6.676)	23.658
Obrigações intra-setoriais		35.490	38.240
Outros		3.224	3.360
Subtotal		**866.133**	**838.326**
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e variações cambiais		198.155	155.847
Aluguéis	(*)	2.041	1.700
Subtotal		**200.196**	**157.547**
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo		(25.488)	61.677
Subtotal		**(25.488)**	**61.677**
Valor adicionado distribuído		**1.180.657**	**1.170.072**

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ou Companhia, sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², regulado pelo Contrato de Concessão n° 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações financeiras em 10 de novembro de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INTERMEDIÁRIA

2.1 – Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos nove meses findos em 30 de setembro de 2014 foi elaborada e está apresentada de acordo com CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Notas Explicativas

2.2 – Base de apresentação

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, devem ser lidas em conjunto para melhor compreensão das informações apresentadas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 também foram analisados e não trouxeram impactos para esta informação trimestral.

2.2.1 Assuntos Regulatórios

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o consequentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoelétrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. Ainda o mesmo decreto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologará, mensalmente, os valores a serem pagos pela CONTA-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente.

Define também que deverá ser mantido na CONTA-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 – Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2013 e o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram ajustados, corrigidos e/ou reclassificados e estão sendo reapresentados.

a) Correção de erro, em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras.

Em 2013, foram identificados ajustes do exercício de 2012, relacionados à retificação de erros:

(a.i) na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão; e
(a.ii) no reconhecimento do diferencial de energia comercializada proveniente da Eletronuclear.

b) Reclassificações do passivo atuarial da despesa financeira para a despesa operacional para fins de melhor apresentação.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 30 de setembro de 2013:

Balanço patrimonial de 30 de setembro de 2013.

ATIVO		30/09/13 (Divulgado)	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	30/09/13 (Reapresentado)
CIRCULANTE					
TOTAL DO CIRCULANTE		**901.692**	**-**	**-**	**901.692**
NÃO CIRCULANTE					
Impostos e contribuições diferidos	(a.i) / (a.ii)	357.414	4.321	1.703	363.438
Outros ativos não circulantes		553.450	-	-	553.450
Intangível	(a.i)	1.895.360	-	(5.008)	1.890.352
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**2.806.224**	**4.321**	**(3.305)**	**2.807.240**
ATIVO TOTAL		**3.707.916**	**4.321**	**(3.305)**	**3.708.932**

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30/09/13 (Divulgado)	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	30/09/13 (Reapresentado)
CIRCULANTE					
Fornecedores	(a.ii)	279.155	2.416	-	281.571
Outros passivos circulantes		716.352	-	-	716.352
TOTAL DO CIRCULANTE		**995.507**	**2.416**	**-**	**997.923**
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(a.ii)	27.534	10.294	-	37.828
Outros passivos não circulantes		1.237.475	-	-	1.237.475
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**1.265.009**	**10.294**	**-**	**1.275.303**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Lucro/(Prejuízo) acumulado	(a.i) / (a.ii)	(59.135)	(8.389)	(3.305)	(70.829)
Outros PL		1.506.535	-	-	1.506.535
Total do patrimônio líquido		**1.447.400**	**(8.389)**	**(3.305)**	**1.435.706**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		**3.707.916**	**4.321**	**(3.305)**	**3.708.932**

Demonstrações do Resultado referente ao trimestre e acumulado do período findo em 30 de setembro de 2013.

		01/07/13 a 30/09/13				
		Publicado	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		**741.872**	-	-	-	**741.872**
CUSTO DO SERVIÇO	(a.i) / (a.ii)	(613.598)	157	(2.478)	-	(615.918)
LUCRO BRUTO		**128.274**	**157**	**(2.478)**	-	**125.954**
Despesas com vendas		(62.454)	-	-		(62.454)
Despesas gerais e administrativas	(a.i) / (b)	(47.645)	-	(1.250)	(510)	(49.405)
						-
LUCRO OPERACIONAL		**18.175**	**157**	**(3.728)**	**(510)**	**14.095**
Resultado financeiro		(23.447)	-	529	510	(22.408)
Receitas financeiras	(a.i)	23.959	-	529	-	24.488
Despesas financeiras	(b)	(47.406)	-	-	510	(46.896)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(5.272)**	**157**	**(3.199)**	-	**(8.313)**
Imposto de renda e contribuição social		**(1.563)**	**(53)**	**1.088**	-	**(529)**
Corrente		27.582	-	-	-	27.582
Diferido	(a.i) / (a.ii)	(10.344)	(53)	1.088	-	(9.310)
Imposto de renda - SUDENE		(14.380)	-	-	-	(14.380)
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL		(4.421)	-	-	-	(4.421)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		**(6.835)**	**104**	**(2.111)**	-	**(8.842)**

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		01/01/13 a 30/09/13				
		Publicado	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		**2.362.471**	-	-	-	**2.362.471**
CUSTO DO SERVIÇO	(a.i) / (a.ii)	(1.902.161)	2.731	124	-	- (1.899.306)
LUCRO BRUTO		**460.310**	**2.731**	**124**	**-**	**463.165**
Despesas com vendas		(177.312)	-	-	-	(177.312)
Despesas gerais e administrativas	(a.i) / (b)	(123.654)	-	(5.132)	(1.531)	(130.317)
LUCRO OPERACIONAL		**159.344**	**2.731**	**(5.008)**	**(1.531)**	- **155.536**
Resultado financeiro		(71.732)	-	-	1.531	(70.201)
Receitas financeiras	(a.i)	85.646	-	-	-	85.646
Despesas financeiras	(b)	(157.378)	-	-	1.531	(155.847)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**87.612**	**2.731**	**(5.008)**	**-**	**85.335**
Imposto de renda e contribuição social		**(24.432)**	**(929)**	**1.703**	**-**	**(23.658)**
Corrente		(2.536)	-	-	-	(2.536)
Diferido	(a.i) / (a.ii)	(8.634)	(929)	1.703	-	(7.860)
Imposto de renda - SUDENE		-	-	-	-	-
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL		(13.262)	-	-	-	(13.262)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		**63.180**	**1.802**	**(3.305)**	**-**	**61.677**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido referente 30 de setembro de 2013.

		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 30/09/13					
		Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado		590.174	558.080	401.262	(42.981)	(59.135)	1.447.400
RH 1406/12 Energia Eletronuclear	(a.ii)	-	-	-	-	(8.389)	(8.389)
Base de Remuneração Regulatória	(a.i)	-	-	-	-	(3.305)	(3.305)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado		-	-	-	-	(70.829)	1.435.706

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao período findo em 30 de setembro de 2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		30/09/13			
		Publicado	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro/(prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social	(a.i) / (a.ii)	87.612	2.731	(5.008)	85.335
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					-
Amortização	(a.i)	112.170	-	(124)	112.046
Valor justo do ativo financeiro da concessão		(10.528)	-	-	(10.528)
Valor residual do ativo intangível baixado	(a.i)	7.359	-	5.132	12.491
Outros		153.914	-	-	153.914
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**350.527**	**2.573**	-	**353.258**
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		**115.384**	-	-	**69.207**
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS					
Fornecedores	(a.ii)	(67.793)	(2.731)	-	(70.524)
Outros		(120.737)	-	-	(120.737)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		**(188.530)**	**(2.573)**	-	**(191.261)**
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**277.381**	-	-	**231.204**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(241.052)**	-	-	**(241.052)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(68.389)**	-	-	**(68.389)**
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(32.061)**	-	-	**(32.061)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		**(32.061)**	-	-	**(32.061)**

Demonstração do Valor Adicionado referente ao período findo em 30 de setembro de 2013.

		30/09/13				
		Publicado	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
Receitas						
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(a.i)	(189)	-	(5.132)	-	(5.321)
Outras		3.219.592	-	-	-	3.219.592
		3.219.402	-	**(5.132)**	-	**3.214.270**
Insumos adquiridos de terceiros						
Energia elétrica comprada para revenda	(a.ii)/(b)	(1.486.389)	2.731	-	9.720	(1.473.938)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(b)	(61.456)	-	-	(9.720)	(71.176)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(b)	(465.410)			(1.531)	(466.941)
Outros		(5.743)	-	-	-	(5.743)
		(2.018.997)	2.731	-	(1.531)	(2.017.797)
Valor adicionado bruto		**1.200.405**	**2.731**	**(5.132)**	**(1.531)**	**1.196.473**
Amortização	(a.i)	(112.170)		124	-	(112.046)
Receitas financeiras		85.646		-	-	85.646
Valor adicionado total a distribuir		**1.173.880**	**2.731**	**(5.008)**	**(1.531)**	**1.170.072**
Pessoal						
Remunerações		68.546	-	-	-	68.546
Outros		43.976	-	-	-	43.976
		112.522	-	-	-	112.522
Impostos, taxas e contribuições						
Imposto de renda e contribuição social	(a.i) / (a.ii)	24.432	929	(1.703)	-	23.657
Outros		814.668		-	-	814.668
		839.100	929	(1.703)	-	838.326
Remuneração de Capitais de Terceiros						
Juros e variações cambiais	(b)	157.378	-	-	(1.531)	155.847
Aluguéis		1.700	-	-	-	1.700
		159.078	-	-	(1.531)	157.547
Remuneração de Capitais Próprios						
Lucro/(prejuízo)	(a.i) / (a.ii)	63.180	1.802	(3.305)	-	61.677
		63.180	1.802	(3.305)	-	61.677
Valor adicionado distribuído		**1.173.880**	**2.731**	**(5.008)**	**(1.531)**	**1.170.072**

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/14	31/12/13
Caixa e Depósitos bancários à vista	11.922	17.150
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.602	5.463
Fundos de investimento	61.148	126.655
	74.673	149.269

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDB´s e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB´s, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela Companhia a percentuais que variam de 95% a 99%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez (menos de 90 dias) e baixo risco de crédito.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	30/09/14	31/12/13
Consumidores	(a)	1.183.932	1.216.143
Terceiros		1.183.932	1.216.143
Títulos a receber	(b)	4.279	22
Terceiros		4.279	22
Comercialização de energia na CCEE	(c)	22.132	28.557
Disponibilização do sistema de distribuição		14.655	14.787
Serviços prestados a terceiros		2.063	2.403
Serviços taxados e adminstrativos		40.727	47.036
Subvenção	(d)	89.118	57.418
Outros créditos		42.557	27.215
Terceiros		42.464	27.066
Partes relacionadas		93	149
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(574.191)	(615.520)
Total		825.272	778.061
Circulante		725.339	631.689
Nâo circulante		99.933	146.372

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Consumidores

		Saldos vencidos		Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Setor privado							
Residencial	49.454	65.189	410.162	524.806	574.037	(410.162)	(419.854)
Industrial	66.968	5.711	70.312	142.991	144.411	(55.785)	(81.023)
Comercial, serviços e outras	78.747	16.773	51.145	146.664	147.509	(45.416)	(48.660)
Rural	12.909	5.857	50.414	69.180	72.088	(24.332)	(26.480)
	208.079	93.530	582.032	883.641	938.045	(535.696)	(576.017)
Setor público							
Poder público							
Federal	7.806	418	2.766	10.990	12.178	(493)	(1.546)
Estadual	9.029	1.960	835	11.823	9.132	(531)	(1.471)
Municipal	74.746	4.725	6.056	85.527	91.723	(3.838)	(5.400)
	91.581	7.102	9.657	108.340	113.033	(4.862)	(8.417)
Iluminação pública	10.990	4.429	9.532	24.951	21.715	(5.874)	(7.182)
Serviço público	25.604	936	7.021	33.560	28.557	(5.638)	(5.222)
Fornecimento não faturado	133.440	-	-	133.440	114.793		-
Total	469.693	105.997	608.242	1.183.932	1.216.143	(552.070)	(596.838)
Circulante				1.098.472	1.077.398	(546.231)	(585.641)
Não circulante				85.460	138.745	(5.839)	(11.197)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

	Saldos vincendos	Total 30/09/14	Total 31/12/13
Setor público	-	-	22
Setor privado	4.279	4.279	-
Total	4.279	4.279	22
Circulante		821	22
Não circulante		3.458	-

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista

Notas Explicativas

de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2014 é de R$ 22.131 (R$ 28.557 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Subvenções/ Subsídios Governamentais

Baixa Renda – Tarifa Social

O Governo Federal, por meio das Leis n^{os} 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2014 é R$ 36.754, (R$ 32.190 em 31 de dezembro de 2013), relativo às subvenções dos meses de agosto (R$ 18.379) e setembro (R$ 18.375) de 2014.

CDE

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 28 de abril de 2014, foi emitida a resolução homologatória nº 1.723/2014 aprovando o valor mensal de R$ 10.473, a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2014 a março de 2015.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2014 é R$ 52.364, (R$ 25.228 em 31 de dezembro 2013), relativo às subvenções dos meses maio a setembro de 2014.

As referidas subvenções são calculadas mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

Notas Explicativas

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	(557.396)	(2.052)	(18.682)	(578.130)
Adições	(48.671)	-	-	(48.671)
Reversões	9.229	2.052	-	11.281
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(596.838)	-	(18.682)	(615.520)
Adições	(6.569)	-	(3.439)	(10.008)
Reversões	51.337	-	-	51.337
Saldo em 30 de setembro de 2014	(552.070)	-	(22.121)	(574.191)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/14	31/12/13
Banco do Brasil - CP		Fundo BB Polo	(*)	CDI	12	1.061
Bradesco	(a)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	6	4
Bradesco	(a)	LFT	mar-15	CDI	-	517
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	100	103
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	-	-
Banco Itaú	(a)	CDB	jul-15	CDI	19	72
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	-
Votorantim	(a)	CDB	dez-14	CDI	23	21
Bradesco	(a)	LFT	mar-15	CDI	548	765
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	5.871
Banco do Brasil - LP		Fundo BB Polo	(*)	CDI	776	-
Total					1.484	8.414
Circulante					703	2.023
Não circulante					781	6.391

(a) Constituem garantia para leilão de energia.
(*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

Notas Explicativas

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 01 de janeiro de 2013	9.564
Aplicações	204.314
Resgates	(205.779)
Remuneração	315
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.414
Aplicações	184.200
Resgates	(191.214)
Remuneração	84
Saldo em 30 de setembro de 2014	1.484

6. RECURSOS CDE

Em decorrência do Decreto 8.221/14 instituiu a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (Conta-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2014 é de R$ 79.470, sendo R$ 43, referente ao complemento dos valores a receber de julho, R$ 27.550 referente a agosto, conforme decisão da Diretoria da ANEEL publicada pelo Despacho nº 3.968/2014, que concedeu provimento parcial ao recurso administrativo da ABRADEE em face do Despacho nº 3.588/2014, passando a reconhecer como exposição involuntária os efeitos relativos ao Risco Hidrológico, e R$ 51.877 referente a setembro de 2014.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/09/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	3.082	30.712
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	3.357	19.082
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	24.818	23.600
Programa de integração social - PIS	(c)	4.908	3.515
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	22.551	16.275
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		3.832	5.015
Imposto sobre serviços - ISS		242	467
		62.790	98.666
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	24.394	19.152
Total		87.184	117.818

Notas Explicativas

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade, conforme disposto no Parecer SRFB Cosit nº 27/2008.

8. SERVIÇOS EM CURSO

	30/09/14	31/12/13
Serviço próprio	(967)	1.991
Serviços prestados a terceiros	5.257	7.880
Transf. fabric. reparo de materias	2.128	1.540
Total	6.418	11.411

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 22 – Outros Passivos).

9. OUTROS ATIVOS

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	30/09/14	31/12/13
Adiantamentos a empregados		1.566	755
Adiantamentos a fornecedores		1.558	8
Serviços prestados a terceiros		2.344	2.759
Alienações em curso		2.379	1.120
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	6.111	5.145
Cobrança extra judicial	(b)	5.590	5.590
Uso mútuo de postes		288	489
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Subvenção CCC - Fernando de Noronha		9.520	-
Outros créditos a receber		900	679
Total		31.894	18.183
Circulante		29.775	16.025
Não circulante		2.119	2.158

(a) Valores de débitos incluídos indevidamente pela Receita Federal do Brasil – RFB que já reconheceu o direito da Companhia, porém realizou a compensação de ofício de débitos pendentes de forma indevida. Foi apresentada inconformidade com a compensação de tais débitos e será realizada nova análise pela RFB. Após novo despacho o crédito poderá ser compensado.

(b) Cobrança extrajudicial referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	30/09/14	31/12/13
Imposto de renda e contribuição social diferido	(I)	168.146	148.355
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(II)	163.472	176.209
Total		331.618	324.564

(I) **Imposto de renda e contribuição social diferido**

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída a alíquota de 9%.

No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo			
	30/09/14		31/12/13	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	58.435	14.609	41.820	10.454
Diferenças temporárias	442.002	110.500	399.782	99.945
	500.437	125.109	441.602	110.399
Contribuição Social				
Prejuízos fiscais	58.434	5.259	41.820	3.763
Diferenças temporárias	419.752	37.778	379.928	34.193
	478.186	43.037	421.748	37.956
Total		168.146		148.355

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	30/09/14		31/12/13	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	92.362	92.362	84.859	84.859
Provisão para passivo atuarial	278.540	278.540	270.955	270.955
Provisão para demissão voluntária	65	65	79	79
Provisão jurídicas	74.819	74.819	68.317	68.317
Provisão PLR	4.881	4.881	8.324	8.324
Prejuízo fiscal	58.435	58.435	41.820	41.820
Incentivo fiscal Sudene	22.251	-	19.854	-
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	38.795	38.795	16.050	16.050
Ajustes RTT				
Ativos e passivos regulatórios	251.997	251.997	93.503	93.503
Encerramento de ordem de serviço	2.592	2.592	2.592	2.592
Outros ajustes de RTT	8.597	8.597	-	-
Outros	7.949	7.949	9.403	9.403
Total Ativo	841.283	819.032	615.756	595.902
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(18.962)	(18.962)	(14.666)	(14.666)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(69.710)	(69.710)	(65.642)	(65.642)
Ativos e passivos regulatórios	(251.997)	(251.997)	(93.504)	(93.504)
Custo de captação	(177)	(177)	(342)	(342)
Total Passivo	(340.846)	(340.846)	(174.154)	(174.154)
Total Líquido	**500.437**	**478.186**	**441.602**	**421.748**

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Instrução CVM nº 371/2002.
A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/14
	Ativo
2014	64.269
2015	25.259
2016	33.623
2017	31.701
2018	13.294
Total	168.146

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2014 e 2013.

		Período acumulado de três meses findos em			
		30/09/14		30/09/13	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social		(3.827)	(3.827)	(8.313)	(8.313)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(4.245)	(4.245)	(4.421)	(4.421)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	4.460	4.460	(13.944)	(13.944)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		(3.612)	(3.612)	(26.678)	(26.678)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		(903)	(325)	(6.669)	(2.401)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Contribuições e doações		39	15	10	4
Multas indedutíveis		2	0	32	11
Depreciação veículos executivos		7	2	12	5
Excesso despesas previdenciárias		862	310	1.081	389
Outras adições		9	4	751	270
		918	331	1.885	679
(-) Exclusões					
Reversão da provisão do ágio		(2.061)	(742)	(2.145)	(772)
Incentivo fiscal SUDENE		-	-	14.380	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT		-	-	495	-
		(2.061)	(742)	12.730	(772)
Imposto de renda e contribuição social no período		(2.045)	(736)	7.946	(2.494)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)				(1)	-
Diferido de diferença temporária de RTT		(922)	(402)	(10.599)	1.256
Imposto de renda e contribuição social no resultado		(2.968)	(1.138)	(2.654)	(1.238)
Corrente		-	-	(5.770)	(7.431)
Recolhidos e Pagos		-	-	1.357	2
Á pagar		-	-	(985)	-
Compensados e deduzidos		-	-	1	-
Impostos antecipados a recuperar		-	-	(6.143)	(7.433)
Diferido		(2.967)	(1.138)	3.116	6.193
		(2.967)	(1.138)	(2.654)	(1.238)

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Período acumulado de nove meses findos em			
		30/09/14		30/09/13	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social		(32.164)	(32.164)	85.335	85.335
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(12.736)	(12.736)	(13.262)	(13.262)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	48.109	48.109	40.880	40.880
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		3.209	3.209	112.953	112.953
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		802	289	28.238	10.166
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Contribuições e doações		79	29	25	9
Multas indedutíveis		1	0	36	13
Depreciação veículos executivos		21	7	32	12
Excesso despesas previdenciárias		3.445	1.240	3.204	1.153
Outras adições		27	10	3.839	1.382
		3.572	1.286	7.135	2.569
(-) Exclusões					
Reversão da provisão do ágio		(6.181)	(2.225)	(6.436)	(2.317)
Incentivo fiscal SUDENE		-	-	-	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT		-	-	(46)	-
Outras exclusões		-	-	(11)	-
		(6.181)	(2.225)	(6.493)	(2.317)
Imposto de renda e contribuição social no período		(1.806)	(650)	28.881	10.418
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)		-	-	972	352
Diferido de diferença temporária de RTT		(12.626)	(4.330)	(26.549)	(3.679)
Imposto de renda e contribuição social no resultado		(14.432)	(4.980)	3.304	7.091
Corrente		-	-	1.848	688
Recolhidos e Pagos		-	-	7.301	10.097
Compensados e deduzidos		-	-	690	350
Impostos antecipados a recuperar		-	-	(6.143)	(9.759)
Diferido		(14.432)	(4.980)	1.456	6.403
		(14.432)	(4.980)	3.304	7.091

(a) Regime Tributário de Transição - RTT

A Lei nº. 12.973/14, que resultou da conversão da MP 627/13, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

A opção poderá ser antecipada para o exercício de 2014, na entrega da DCTF referente ao mês de agosto de 2014, cujo prazo para envio foi prorrogado para 07 de novembro de 2014, com possibilidade de alterar a sua opção na DCTF relativa ao mês de dezembro de 2014, conforme IN 1.499 de 14 de outubro de 2014.

Contudo, conforme previsto na legislação supracitada, a Companhia optou por não aderir antecipadamente à adoção das novas regras, o fazendo somente a partir do ano calendário de 2015.

(II) **Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora**

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n˚s 319/99 e 349/01.

Notas Explicativas

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	30/09/14	31/12/13
Trabalhistas	16.299	15.076
Cíveis	24.442	20.574
Fiscais:	13.076	12.203
PIS / COFINS	1.151	1.080
Impostos municipais	4.330	3.582
INSS	1.201	1.147
IOF	6.265	6.265
Outros	129	129
Total	53.817	47.853

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infra-estrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível (vide nota 13) e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Lei 12.783/2013, dentre outras deliberações, estabeleceu que o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º. Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2014 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	Ref.	
Saldos em 01 de janeiro de 2013		257.900
Baixas		(2.394)
Transferências		86.183
Atualização monetária / valor justo		14.860
Saldo em 31 de dezembro de 2013		356.549
Baixas		(1.320)
Transferências	(a)	76.765
Atualização monetária / valor justo		4.296
Saldo em 30 de setembro de 2014		436.290

(a) Transferência do Intangível em curso em decorrência do processo de novos ativos incorporados no período.

O Ativo financeiro da concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores (vide nota 24) e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subseqüentes (conforme valor novo de reposição) é registrada como contrapartida na conta de receita ou despesa financeira no resultado do período.

13. INTANGÍVEL

O ativo intangível é constituído pela parcela da infra-estrutura de distribuição que será utilizada ao longo do contrato de concessão, composta pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

No período findo em 30 de setembro de 2014, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R$ 1.676 (R$ 1.174 no mesmo período do ano anterior), cuja taxa média de capitalização foi de 0,70% no período.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/09/14					31/12/13
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,78	3.506.717	(1.637.449)	(171.566)	1.697.702	1.686.805
Em curso						
Direito de uso da concessão		419.051	-	(61.670)	357.381	263.272
Total		3.925.768	(1.637.449)	(233.236)	2.055.083	1.950.077

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

		Em serviço				Em curso			
	Ref.	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013		3.238.075	(1.377.622)	(180.925)	1.679.528	161.553	(6.371)	155.182	1.834.710
Adições		-	-	-		380.606	(25.208)	355.398	355.398
Baixas		(28.196)	19.037	-	(9.159)	(693)	-	(693)	(9.852)
Amortizações		-	(161.888)	9.440	(152.448)	-	-		(152.448)
Transferências - Intangíveis		170.455	-	(5.751)	164.704	(170.455)	5.751	(164.704)	-
Transferências - Ativos financeiros		(4.970)	-	-	(4.970)	(84.304)	3.091	(81.213)	(86.183)
Transferências - Outros		7.905	1.245	-	9.150	8.008	(8.706)	(698)	8.452
Saldo em 31 de dezembro de 2013		3.383.269	(1.519.228)	(177.236)	1.686.805	294.715	(31.443)	263.272	1.950.077
Adições		-	-	-		321.941	(29.115)	292.826	292.826
Baixas		(21.542)	11.969	-	(9.573)	-	-	-	(9.573)
Amortizações		-	(130.190)	7.458	(122.732)	-	-		(122.732)
Transferências - Intangíveis		136.199	-	(1.788)	134.411	(136.199)	1.788	(134.411)	-
Transferências - Ativos financeiros	(a)	480	-	-	480	(78.259)	1.015	(77.245)	(76.765)
Transferências - Outros	(b)	8.311	-	-	8.311	16.854	(3.915)	12.939	21.250
Saldo em 30 de setembro de 2014		3.506.717	(1.637.449)	(171.566)	1.697.702	419.051	(61.670)	357.381	2.055.083

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período e transferência entre ativo intangível em serviço/financeiro de bens em decorrência de retificação de atributos técnicos.

(b) Referem-se às transferências de material técnico, mão de obra e capitalização de encargos.

14. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fornecedores	30/09/14	31/12/13
Energia elétrica:	334.654	255.820
Terceiros	242.114	173.582
Partes relacionadas	92.540	82.238
Encargos de uso da rede	23.937	29.329
Terceiros	23.426	29.267
Partes relacionadas	511	62
Materiais e serviços	70.430	70.458
Terceiros	70.187	70.004
Partes relacionadas	243	454
Energia livre	36.923	28.186
Total	465.944	383.793
Circulante	429.021	349.048
Não circulante	36.923	34.745

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante	Total 30/09/14	Total 31/12/13
Moeda nacional						
BNB 6	10% a.a	37	26.884	20.163	47.084	67.282
(-) Custos de transação		-	(43)	(10)	(53)	(109)
		37	26.841	20.153	47.031	67.173
BNDES FINEM	TJLP + 4,3% aa /TJLP + 2,12% aa /TJLP + 3,12% aa / 4,5% aa TJLP + 1,82% aa / TJLP + 2,82% aa / 5,5% aa	714	79.058	172.418	252.190	312.456
(-) Custos de transação		-	(1)	-	(1)	(2)
		714	79.057	172.418	252.189	312.454
Eletrobrás	5% a.a	-	9.319	15.147	24.466	31.456
(-) Custos de transação		-	(14)	(12)	(26)	(40)
		-	9.305	15.135	24.440	31.416
FINEP	TJLP + 2% a. a / 5% a a / 5,24% a.a	46	6.644	16.057	22.747	27.744
(-) Custos de transação		-	(51)	(46)	(97)	(143)
		46	6.593	16.011	22.650	27.601
Banco do Brasil	108% CDI	6.187	-	145.000	151.187	145.000
Operações com swap		-	-	-	-	-
		6.187	-	145.000	151.187	145.000
Banco do Brasil	108% CDI	3.200	-	75.000	78.200	75.000
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-
		3.200	-	75.000	78.200	75.000
FINEP	4,00% a.a	35	4.610	14.983	19.628	15.863
(-) Custos de transação		-	(60)	(85)	(145)	(125)
		35	4.550	14.898	19.483	15.738
BNDES FINEM / FINAME 8	TJLP + 1,70% aa /TJLP + 2,70% aa /3% a.a	878	10.582	229.993	241.453	153.705
CEF / LPT 4	6% a.a.	293	-	8.123	8.416	-
IBM	CDI + 0,31% a.a.	202	3.621	28.757	32.580	-
Outros					-	12
Total moeda nacional		**11.592**	**140.549**	**725.488**	**877.629**	**828.099**
Moeda estrangeira						
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	2% a a /4,5% a a	38	1.559	2.541	4.138	5.161
Operações com swap		-	(151)	(798)	(949)	(1.243)
		38	1.408	1.743	3.189	3.918
CITI 4131	LIBOR + 0,97% a.a.	38	-	40.069	40.107	38.188
Operações com Swap		-	273	(1.721)	(1.448)	328
Subtotal - CITI 4131		38	273	38.348	38.659	38.516
CITI 4131/2014	LIBOR + 0,989%a.a.	65	-	55.451	55.516	-
Operações com Swap		-	456	(2.357)	(1.901)	-
Subtotal - CITI 4131/2014		65	456	53.094	53.615	-
Total moeda estrangeira		**141**	**2.137**	**93.185**	**95.463**	**42.434**
(-) Garantias depósitos vínculados				(22.733)	(22.733)	(21.161)
Total		11.733	142.686	795.940	950.359	849.372

Notas Explicativas

(a) Captações de recursos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu, no trimestre findo em 30 de setembro de 2014, o volume de R$ 31.345 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2013 e 2014, provenientes do contrato nº 13.2.0294.1, assinado em maio de 2013.

Banco IBM: A Companhia recebeu, no trimestre findo em 30 de setembro de 2014, R$ 32.378 provenientes dos contratos firmados em agosto e setembro de 2014. Os contratos serão amortizados em 12 parcelas semestrais a partir de fevereiro e março de 2015, respectivamente, com custo de CDI + 0,31% a.a. e juros pagos semestralmente.

Citibank: A Companhia realizou captação em moeda estrangeira para cobertura de caixa no valor de USD 24.144, equivalentes a R$ 55.000, com custo de Libor USD 3M mais taxa de 0,989% a.a., com swap para 107,34% do CDI. O contrato será amortizado em parcela única no vencimento, em agosto de 2018, e possui pagamentos de juros trimestrais.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos do BNDES e do Citibank preveem a manutenção de índices financeiros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

Citibank 4131: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BNDES Finem 7: Patrimônio líquido / Exigível total $\geq$ 45%, EBITDA / Receita operacional líquida $\geq$ 20%, EBITDA / Serviço da Dívida $\geq$ 1,2, Ativo Circulante / Passivo Circulante $\geq$ 0,4.

BNDES Finem 8: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Os índices financeiros são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/14			31/12/13		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2015	71.774	(30)	71.744	169.110	(127)	168.983
2016	173.874	(80)	173.794	154.859	(65)	154.794
2017	148.890	(35)	148.855	129.759	(26)	129.733
2018	205.267	(8)	205.259	125.568	(5)	125.563
2019	75.860	-	75.860	55.859	-	55.859
Após 2019	143.161	-	143.161	106.495	-	106.495
Total obrigações	818.826	(153)	818.673	741.650	(223)	741.427
(-) Garantias depósitos vinculados			(22.733)			(21.161)
Total			795.940			720.266

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	172.266	583.645	1.235	3.772	760.918
Ingressos	8.555	195.337	-	39.100	242.992
Encargos	67.047	-	257	-	67.304
Variação monetária e cambial	-	-	271	1.433	1.704
Swap	12.035	(2.442)	158	(1.148)	8.603
Efeito cumulativo marcação a mercado	117	(74)	-	(865)	(822)
Transferências	110.303	(110.303)	1.544	(1.544)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(250.658)	-	(1.779)	-	(252.437)
(-) Mov. depósitos em garantia	7.119	13.206	-	-	20.325
(-) Custos de transação	636	149	-	-	785
Saldo em 31 de dezembro de 2013	127.420	679.518	1.686	40.748	849.372
Ingressos	5.931	128.708	-	55.000	189.639
Encargos	48.158	-	551	-	48.709
Variação monetária e cambial	-	-	(70)	4.938	4.868
Swap	-	-	(940)	(4.374)	(5.314)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	(878)	(878)
Transferências	103.971	(103.971)	2.249	(2.249)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(133.352)	-	(1.198)	-	(134.550)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(1.571)	-	-	(1.571)
(-) Custos de transação	13	71	-	-	84
Saldo em 30 de setembro de 2014	152.141	702.755	2.278	93.185	950.359

16. DEBÊNTURES

					30/09/14				31/12/13
					Encargos	Principal			
Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
4ª Emissão	Única	36.000	111,3% do CDI	13,9% a.a.	18.907	72.000	288.000	378.907	367.150
(-) Custos de transação					-	(631)	(427)	(1.058)	(701)
					18.907	71.369	287.573	377.849	366.449
Total					18.907	71.369	287.573	377.849	366.449

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

Notas Explicativas

A escritura da 4ª emissão de debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0, a partir do 1º trimestre de 2014 até o 1º trimestre de 2015;

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5, a partir do 2º trimestre de 2015 até o 1º trimestre de 2016;

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, a partir do 2º trimestre de 2016 até a Data de Vencimento das Debêntures.

EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Os índices financeiros são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

(b) Garantias

Para a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/14			31/12/13		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2015	72.000	(106)	71.894	144.000	(247)	143.753
2016	144.000	(279)	143.721	144.000	(124)	143.876
2017	72.000	(42)	71.958	72.000	(18)	71.982
Total	288.000	(427)	287.573	360.000	(389)	359.611

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	103.750	359.299	463.049
Encargos	34.168	-	34.168
Amortizações e pagamentos de juros	(131.245)	-	(131.245)
(-) Custos de transação	165	312	477
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.838	359.611	366.449
Encargos	31.107	-	31.107
Transferências	72.000	(72.000)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(19.350)	-	(19.350)
(-) Custos de transação	(319)	(38)	(357)
Saldo em 30 de setembro de 2014	90.276	287.573	377.849

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

		30/09/14	31/12/13
Salários		4.860	5.943
Provisões férias e 13° salário		12.074	6.961
Encargos sobre provisões de férias e 13° salário		5.859	3.983
Provisão PLR	(a)	4.881	8.324
Outros		1.493	918
Total		29.167	26.129

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação para o trimestre findo em 30 de setembro de 2014 é de R$ 4.881 (R$ 8.324 em 31 de dezembro de 2013).

18. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	30/09/14	31/12/13
Conta de Consumo de Combustível – CCC		3.803	3.803
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		1.171	629
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		898	1.198
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		449	599
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	15.797	17.082
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	21.037	18.939
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		395	375
Total		43.550	42.625
Circulante		16.169	18.625
Não circulante		27.381	24.000

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s 300/2008, 316/2008 e 504/2012 e 553/2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/14	31/12/13
Circulante		
Imposto de renda - IR	269	315
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	96.819	75.267
Programa de integração social - PIS	3.946	3.500
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	18.174	16.121
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.583	2.243
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	696	783
Imposto sobre serviços - ISS	1.837	1.739
Outros	6.250	6.315
Total	129.574	106.283

20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 30 de setembro de 2014, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	165
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Prescritos	8
Saldo em 30 de setembro de 2014	173

21. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R$ 11.064 classificadas no passivo circulante (R$ 10.090 em 31 de dezembro de 2013) e R$ 63.755 no não circulante (R$ 58.227 em 31 de dezembro de 2013) são compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	24.154	43.111	1.052	68.317
Constituição	13.114	20.675	5	33.794
Baixas/reversão	(15.638)	(20.659)	-	(36.297)
Atualização	(674)	9.679	-	9.005
Saldo em 30 de setembro de 2014	20.956	52.806	1.057	74.819

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e

Notas Explicativas

também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/14	Valor provisionado 31/12/13
Ex-empregados da Companhia	3.312	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.312	3.287
	18.204	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	3.556	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	17.171	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17.171	20.329
	150.840	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	3.507	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	473	1ª, 2ª e 3ª	Provável	473	538
	351	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	40	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	197.454			20.956	24.154

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/14	Valor provisionado 31/12/13
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	8.198	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.198	6.098
		3.144	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.947	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	2.275	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.275	3.705
		19.088	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		10.014	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	14.453	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14.453	6.689
		75.729	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8.083	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	8.992	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.992	7.230
		58.243	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.771	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		9.114	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.114	7.232
		33.161	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.991	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		22	1ª, 2ª e 3ª	Provável	22	19
		6.551	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		263	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		44	1ª, 2ª e 3ª	Provável	44	1
		4.111	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.998	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		3.436	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.436	3.127
		4.954	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		154	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		986	1ª, 2ª e 3ª	Provável	986	880
		10	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	
Racionamento de Energia Elétrica		2.107	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.107	17
		124	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(e)	3.179	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.179	8.113
		42.351	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.996	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		336.493			52.806	43.111

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de

Notas Explicativas

ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(d) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(e) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscaias	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/09/14	Valor provisionado 31/12/13
ICMS	(a)	59.028	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		81.922	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	1.226	1ª, 2ª e 3ª	Provável	383	383
		15.450	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.237	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		3.333	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CSLL	(d)	2.382	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	179
		32.825	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU		2.460	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		310	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		22.320	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		19.111	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(c)	-	1ª, 2ª e 3ª	Remota		
IRPJ	(d)	7.101	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		689.598	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.625	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas		5.699	Administrativa	Possível	-	-
		152	Administrativa	Remota	-	-
Outras	(e)	6.430	1ª, 2ª e 3ª	Possível		
		12	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		969.221			1.057	1.052

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Notas Explicativas

(a) ICMS

(a.1) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(a.2) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da suposta utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente foi objeto de impugnação administrativa.

(a.3) Auto de infração lavrado contra a Companhia, referente à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos de 1999.

(a.4) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 12/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(a.5) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas incidente sobre aquisições fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(a.6) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(b) ISS – Refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(c) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(d) IRPJ / CSLL

(d.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(d.2) Possível – Autos de infração lavrados em 2007 e 2010, referente aos anos-calendários 2001 a 2008 e nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização. Os autos encontram-se aguardando julgamento do Recurso Especial na Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Notas Explicativas

(e) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Receita Federal do Brasil – RFB envolvendo diversos tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas e fiscais.

22. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/09/14	31/12/13
Consumidores	(a)	12.443	13.359
Empregados - adiantamento acordo coletivo		25	20
Convênios		9.420	7.731
Caução em garantia	(b)	48.176	36.803
FGTS Conta empresa		129	129
Taxa Iluminação Pública - TIP	(c)	708	1.881
Adiantamentos recebidos	(d)	15.556	13.481
Cooperativas - Aquisição de ativos	(e)	40.823	46.655
Outras		6.109	6.021
Total		133.389	126.080
Circulante		104.460	101.056
Não circulante		28.929	25.024

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(c) Taxa de iluminação pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados às Prefeituras.

(d) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota 8).

(e) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Celpe, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL através da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2014 é de R$ 700.000 e o integralizado é de R$ 590.174.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal e principais acionistas é a seguinte:

	Nº de Ações mil							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Acionistas	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A .	66.023	99,6	464	6,1	400	53,9	66.887	89,6
Outros	280	0,4	7.103	93,9	342	46,1	7.725	10,4
Total	66.303	100,0	7.567	100,0	742	100,0	74.612	100,0

	R$ mil							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
Acionistas	Única	%	A	%	B	%	Total	%
Neoenergia S.A .	522.229	99,6	3.672	6,1	3.167	53,9	529.069	89,6
Outros	2.216	0,4	56.184	93,9	2.706	46,1	61.105	10,4
Total	524.445	100,0	59.856	100,0	5.873	100,0	590.174	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. (vide nota explicativa nº 10).

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

Notas Explicativas

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº 0157/2011, com validade até 2019, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia, no trimestre findo em 30 de setembro de 2014 e 2013, não apurou incentivo SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, em virtude de não ter apurado lucro fiscal no período supracitado.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, que englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

24. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

		Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	Ref.	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Fornecimento de energia	(a)	610.377	431.311	1.669.844	1.375.304
Receita de distribuição		597.781	425.322	1.637.427	1.348.601
Remuneração financeira wacc		12.596	5.989	32.417	26.703
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	-	12.540	(1.563)	22.493
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	546.765	506.257	1.697.937	1.604.591
Receita de distribuição		535.280	499.228	1.664.839	1.573.250
Remuneração financeira wacc		11.485	7.029	33.098	31.341
Receita de construção da infraestrutura da concessão		123.519	86.524	289.017	222.241
Outras receitas	(d)	25.853	16.846	106.185	78.558
Total receita bruta		1.306.514	1.053.478	3.761.420	3.303.187
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(354.953)	(311.606)	(1.049.664)	(940.716)
Total receita operacional líquida		951.561	741.872	2.711.756	2.362.471

(a) Fornecimento de Energia

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

		Período de três meses findos em					
		Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R$ mil	
		30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Consumidores:							
Residencial		2.986.483	2.912.333	1.102.025	1.072.780	433.802	365.103
Industrial		11.720	12.198	409.686	370.090	156.518	119.854
Comercial		212.547	202.761	596.441	545.375	275.034	214.416
Rural		157.293	156.309	155.039	157.101	37.612	31.173
Poder público		23.097	22.445	160.155	156.714	67.708	57.017
Iluminação pública		5.315	5.271	110.335	106.096	30.841	24.775
Serviço público		3.307	3.118	162.345	153.025	41.749	33.067
Consumo próprio		295	251	2.849	3.010	-	-
Suprimento		17	21	-	-	322	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	(10.170)	(12.614)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(509.703)	(471.935)
		3.400.074	3.314.707	2.698.875	2.564.191	523.713	360.856
Subvenção à tarifa social baixa renda		-	-	-	-	86.664	70.455
Total		3.400.074	3.314.707	2.698.875	2.564.191	610.377	431.311

		Período acumulado de nove meses findos em					
		Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	Ref.	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Consumidores:							
Residencial		2.986.483	2.912.333	3.535.410	3.374.028	1.306.071	1.177.599
Industrial		11.720	12.198	1.178.010	1.048.271	417.549	342.195
Comercial		212.547	202.761	1.805.313	1.715.231	771.680	675.751
Rural		157.293	156.309	466.827	490.518	103.962	96.557
Poder público		23.097	22.445	502.254	486.383	195.948	179.005
Iluminação pública		5.315	5.271	333.853	310.063	86.210	71.606
Serviço público		3.307	3.118	483.807	461.322	115.968	99.901
Consumo próprio		295	251	8.845	9.388	-	-
Suprimento		17	21	-	-	537	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	17.364	(23.391)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(1.589.802)	(1.484.849)
		3.400.074	3.314.707	8.314.319	7.895.204	1.425.487	1.134.374
Subvenção à tarifa social baixa renda		-	-	-	-	244.357	240.930
Total		3.400.074	3.314.707	8.314.319	7.895.204	1.669.844	1.375.304

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não revisadas.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2014

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.723 de 28 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2014, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 15,99%, dos quais 14,05% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 1,94% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 17,75% (*).

Receita Anual (RA0)	**3.089.174**
Encargos Setoriais	197.727
Compra de Energia Elétrica	2.097.466
Transporte de Energia	85.598
Parcela A	**2.380.790**
Remuneração Bruta de Capital - Parcela B	**1.142.381**
Receita Requerida (Parcela A +B)	**3.523.171**
CVA e Neutralidade	**59.355**
Componentes Financeiros	**6.388**
Total Comp. Financeiros e Subsídios	**65.743**
Reajuste Econômico [(2) / (1)]	14,05%
Componentes Financeiros e Subsídios [(3) / (2)]	1,94%
Reajuste Tarifário Total [(4) + (5)]	**15,99%**
Reajuste Percebido pelo Consumidor (*)	**17,75%**

(*) Informações não revisadas.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2014 com vigência até 28 de abril de 2015.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	Período de três meses findos em 30/09/14	30/09/13	Período acumulado de nove meses findos 30/09/14	30/09/13
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		37.062	34.322	108.135	119.742
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	509.703	471.935	1.589.802	1.484.849
		546.765	506.257	1.697.937	1.604.591

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Outras receitas

		Período de três meses findos 30/09/14	30/09/13	Período acumulado de nove meses 30/09/14	30/09/13
Renda da prestação de serviços		1.756	3.802	3.192	6.078
Arrendamentos e aluguéis		2.183	4.868	12.690	14.939
Serviço taxado		1.899	1.232	4.939	3.408
Taxa de iluminação pública		2.104	1.630	6.047	5.447
Administração de faturas de fraudes		425	270	1.099	705
Comissão serviços de terceiros		131	114	390	318
Multa infração consumidor		1.351	1.150	3.974	5.458
Ressarcimento Energia	(1)	15.005	3.483	71.839	41.659
Outras receitas		999	297	2.015	546
		25.853	16.846	106.185	78.558

(1)Ressarcimento de energia ocorre para distribuidora quando da indisponibilidade e/ou geração de energia das usinas térmicas inferior ao Despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema), para fazer face aos custos adicionais do despacho de usinas mais caras.

(e) Deduções da receita bruta

	Período de três meses findos em 30/09/14	30/09/13	Período acumulado de nove meses findos em 30/09/14	30/09/13
IMPOSTOS:				
ICMS	(231.784)	(203.570)	(668.763)	(630.201)
PIS	(20.001)	(17.611)	(61.999)	(49.043)
COFINS	(92.259)	(81.629)	(285.713)	(225.697)
ISS	(274)	(426)	(1.190)	(1.261)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	-	(2.831)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(3.513)	(1.887)	(9.455)	(5.661)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	-	-	(5.189)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(3.559)	(3.241)	(11.271)	(10.145)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.425)	(1.296)	(4.510)	(4.275)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(713)	(648)	(2.255)	(2.137)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.425)	(1.298)	(4.508)	(4.276)
Total	(354.953)	(311.606)	(1.049.664)	(940.716)

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

(a) Custo de Energia Elétrica

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de três meses findo em				Período acumulado de nove meses findo em			
	MWh (*)		R$ (mil)		MWh (*)		R$ (mil)	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Energia comparada para revenda								
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado - ACR	1.473.920	1.367.557	(435.819)	(251.915)	4.480.175	4.142.857	(1.121.584)	(945.945)
Energia adquirida contrato bilateral	861.120	861.120	(163.699)	(145.659)	2.555.670	2.555.670	(460.013)	(408.178)
Contratos por cotas de garantia fisica	817.692	862.699	(190)	(148)	2.618.207	2.593.016	(89.137)	(433)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	114.043	114.660	(16.827)	(15.429)	338.461	340.293	(50.481)	(46.286)
Energia curto prazo - MRE	-	-	(73.216)	(31.861)	-	-	(161.142)	9.967
Energia curto prazo (PLD)	63.857	(44.083)	(32.423)	502	325.504	281.242	(248.163)	(98.267)
PROINFA	67.773	66.727	(18.051)	(16.645)	189.671	187.976	(54.153)	(49.935)
Encargos de energia de reserva - EER			50.341	(1.497)			73.428	(8.239)
Aporte CDE/ Conta ACR -CCEE			88.469	(8.496)			293.166	73.379
Créditos de PIS e COFINS			63.174	48.921			190.580	138.680
Total	3.398.405	3.228.680	(538.241)	(422.227)	10.507.688	10.101.053	(1.627.498)	(1.335.257)
Encargos de uso dos sistema de transmissão e distribuição								
Encargos de rede básica			(32.380)	(18.807)			(72.767)	(51.615)
Encargos de conexão			(1.791)	(1.584)			(5.097)	(5.145)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(2.295)	(1.433)			(7.984)	(4.696)
Encargo de serviço do sistema - ESS			(16.979)	282			(24.623)	(9.720)
Créditos de PIS e COFINS			3.016	1.967			7.491	6.614
			(50.430)	(19.575)			(102.981)	(64.562)
			(588.671)	(441.802)			(1.730.479)	(1.399.819)

(*) Informações não revisadas.

(b) Custo de operação e despesas operacionais

	Período de três meses findos em				
	30/09/14				30/09/13
Custo / Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(24.381)	(8.345)	(12.627)	(45.353)	(40.399)
Administradores	-	-	(631)	(631)	(1.254)
Entidade de previdência privada	(1.056)	(306)	(1.843)	(3.205)	(3.873)
Material	(2.563)	(483)	(489)	(3.535)	(1.787)
Combustível para produção de energia	(853)	-	-	(853)	(1.491)
Serviços de terceiros	(48.181)	(19.072)	(15.243)	(82.496)	(73.498)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(1.183)	-	-	(1.183)	(1.126)
Amortização	(32.202)	(5.941)	(3.111)	(41.254)	(36.081)
Arrendamentos e aluguéis	(86)	(272)	(219)	(577)	(537)
Tributos	(42)	(37)	(27)	(106)	(495)
Provisões líquidas - PCLD	-	5.617	-	5.617	(211)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(23.630)	-	(23.630)	(29.399)
Provisões líquidas - contingências	-	-	5.391	5.391	(233)
Provisões atuariais	-	-	(150)	(150)	(510)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	281	281	(4.292)
Outros	(867)	(940)	(14.428)	(16.235)	(4.265)
Total custos / despesas	(111.414)	(53.409)	(43.096)	(207.919)	(199.451)

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período acumulado de nove meses findos em				
	30/09/14				30/09/13
Custo / Despesas	Custos de operação	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(75.690)	(24.666)	(41.276)	(141.632)	(116.068)
Administradores	-	-	(2.772)	(2.772)	(2.332)
Entidade de previdência privada	(3.145)	(880)	(9.170)	(13.195)	(10.659)
Material	(9.736)	(652)	(1.113)	(11.501)	(7.734)
Combustível para produção de energia	1.998	-	-	1.998	(5.322)
Serviços de terceiros	(138.874)	(54.107)	(45.593)	(238.574)	(203.815)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(3.491)	-	-	(3.491)	(3.726)
Amortização	(93.476)	(17.825)	(9.291)	(120.592)	(109.452)
Arrendamentos e aluguéis	(264)	(954)	(727)	(1.945)	(1.601)
Tributos	(1.053)	(270)	(711)	(2.034)	(2.099)
Provisões líquidas - PCLD	-	41.328	-	41.328	(28.820)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(95.455)	-	(95.455)	(54.775)
Provisões líquidas - contingências	-	-	2.502	2.502	2.557
Provisões atuariais	-	-	(449)	(449)	(1.426)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento /desativação	-	-	255	255	(5.321)
Outros	(2.570)	(2.575)	(35.282)	(40.427)	(34.282)
Total custos / despesas	(326.301)	(156.056)	(143.627)	(625.984)	(584.875)

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
Receita Financeira	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Renda de aplicações financeiras	2.236	4.544	7.433	12.777
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	13.166	8.189	36.750	31.740
Variação monetária	12.635	2.329	25.891	19.593
Variação cambial	2.571	197	7.339	428
Operações swap	10.160	2.775	14.682	8.240
Receita Financeira da Concessão	(1.747)	5.780	4.296	10.527
Outras receitas financeiras	547	674	3.324	2.341
Total	39.568	24.488	99.715	85.646

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
Despesa Financeira	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Encargos de dívida	(27.027)	(25.914)	(76.968)	(76.215)
Variação monetária	(16.546)	(4.504)	(43.256)	(26.174)
Variação cambial	(10.171)	(432)	(12.207)	(1.052)
Operações swap	(3.203)	(361)	(11.999)	(658)
Multas regulatórias	(7.444)	(5.339)	(20.362)	(16.197)
Perda acréscimos moratórios	(257)	(348)	(809)	(1.129)
Previdência Privada	(7.565)	(8.325)	(22.692)	(20.171)
Outras despesas financeiras	(2.634)	(1.673)	(9.862)	(14.251)
Total	(74.847)	(46.896)	(198.155)	(155.847)

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/09/14	30/09/14						30/09/13	31/12/13					
		Ativo			Passivo				Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladas														
NEOENERGIA S.A	(509)	-	-	-	57	1.322	**1.379**	(484)	-	-	-	-	345	**345**
NEOENERGIA INVESTIMENTOS S.A.	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	4	**4**
COELBA	(3.252)	93	-	**93**	433	474	**907**	2.173	149	-	**149**	-	1.655	**1.655**
CELPE	-	-	302	**302**	-	302	**302**		-	374	**374**	-	374	**374**
COSERN	-	12	-	**12**	-	159	**159**		29	-	**29**	-	639	**639**
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	474	**474**	-	661	**661**		-	587	**587**	-	116	**116**
TERMOPERNAMBUCO S/A	(460.427)	-	-	-	90.200	1.518	**91.718**	(404.410)	-	-	-	79.634	1.697	**81.331**
NEOENERGIA OPERACAO E MANUTENCAO S.A	-	-	-	-	-	30	**30**		-	-	-		-	-
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(1.991)	-	-	-	289	51	**340**	(1.867)	-	-	-	333	61	**394**
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(1.227)	-	-	-	178	43	**221**	(1.151)	-	-	-	205	38	**243**
GERAÇÃO CIII S.A.	-	-	-	-	-	36	**36**		-	-	-	-	39	**39**
RIO PCH I S.A.	(1.598)	-	-	-	232	120	**352**	(1.499)	-	-	-	267	61	**328**
BAHIA PCH I S.A.	-	-	-	-	-	162	**162**		-	-	-	-	65	**65**
SE NARANDINA S.A.	(14)	-	-	-	2	11	**13**	(11)	-	-	-	1	-	**1**
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	-	-	-	-	-	766	**766**		-	-	-	-	3	**3**
NC ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	166	**166**		-	-	-	-	97	**97**
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA	(4.719)	-	-	-	479	40	**519**	(3.962)	-	-	-	444	19	**463**
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	-	-	-	-	-	19	**19**		-	-	-	-	6	**6**
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(143)	-	-	-	29	207	**236**	(102)	-	-	-	17	91	**108**
ENERGYWORKS DO BRASIL LTDA	-	-	-	-	-	219	**219**		-	-	-	-	106	**106**
CAPUAVA ENERGY LTDA.	-	-	-	-	-	81	**81**		-	-	-	-	43	**43**
POTIGUAR SUL TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	3	**3**
CELPOS	(25.668)	-	-	-	15.950	118.741	**134.691**	(24.294)	-	-	-	16.331	123.549	**139.880**
	(499.548)	105	776	881	107.849	125.128	**232.977**	(435.607)	178	961	1.139	97.232	129.011	**226.243**
Controle conjunto														
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(10.805)	-	-	-	1.570	154	**1.724**	(10.129)	-		-	1.806	246	**2.052**
BELO MONTE PARTICIPACOES SA.	-	-	-	-	-	7	**7**		-		-	-	4	**4**
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	-	-	-	-	-	301	**301**		-		-	-	1.952	**1.952**
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	-	8	**8**		-		-	-	4	**4**
FE PARTICIPAÇÕES S/A	-	-	-	-	-	179	**179**		-		-	-	22	**22**
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	-	-	-	-	-	165	**165**		-		-	-	16	**16**
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(141)	-	-	-	16	111	**127**	(15)	-		-	16	15	**31**
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(120)	-	-	-	13	40	**53**	(13)	-		-	13	40	**53**
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(141)	-	-	-	16	84	**100**	(15)	-		-	16	41	**57**
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(131)	-	-	-	15	69	**84**	(14)	-		-	15	6	**21**
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(139)	-	-	-	15	109	**124**	(15)	-		-	15	7	**22**
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(95)	-	-	-	11	58	**69**	(89)	-		-	11	25	**36**
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(127)	-	-	-	14	56	**70**	(36)	-		-	14	45	**59**
CAETITÉ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	-	-	11	**11**		-		-	-	12	**12**
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(117)	-	-	-	13	73	**86**	(107)	-		-	13	23	**36**
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(118)	-	-	-	13	44	**57**	(108)	-		-	13	28	**41**
	(11.934)	-	-	-	1.696	1.810	3.165	(10.541)	-	-	-	1.932	2.486	4.418
Coligadas														
NORTE ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-
ENERGÉTICA CORUMBA III S.A.	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-
AMARA BRASIL	(1.691)	-	-	-	216	-	**216**	(703)	-	-	-	190	-	**190**
	(1.691)	-	-	-	216	-	**216**	(703)	-	-	-	190	-	190
Controladores														
BB - Banco de Investimentos S.A.	(18.311)	-	-	-	-	229.327	**229.327**	(24.913)	-	-	-	-	219.911	**219.911**
Outros minoritários	-	-	-	-	60	-	**60**	0	-	-	-	165	-	**165**
	(18.311)	-	-	-	60	229.327	229.387	(24.913)	-	-	-	165	219.911	220.076
	(531.484)	**105**	**776**	**881**	**109.821**	**356.265**	**465.745**	**(471.764)**	**178**	**961**	**1.139**	**99.519**	**351.408**	**450.927**

	30/09/2014	30/09/2014						30/09/2013	31/12/2013					
		Ativo			Passivo				Ativo			Passivo		
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Receita	**1.060**	-	-	-	-	-	-	**2.173**	-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	1.060				-	-	-	2.173	-	-	-	-	-	-
Despesa	**(532.544)**	-	-	-	-	-	-	**(473.937)**	-	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	(476.762)	-	-	-	-	-	-	(419.078)	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	(4.884)	-	-	-	-	-	-	(503)	-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(6.918)	-	-	-	-	-	-	(5.149)	-	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(30.785)	-	-	-	-	-	-	(37.779)	-	-	-	-	-	-
Contribuição patronal	(13.195)	-	-	-	-	-	-	(11.428)	-	-	-	-	-	-
Ativo	-	**105**	**776**	**881**	-	-	-	-	**178**	**961**	**1.139**	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	12	776	788	-	-	-	-	29	961	990	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros	-	93	-	93	-	-	-	-	149	-	149	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	-	-	-	-	**109.821**	**356.265**	**466.086**	-	-	-	-	**99.519**	**351.408**	**450.927**
Fornecedores	-	-	-	-	93.811	-	93.811	-	-	-	-	83.023	-	83.023
Dividendos e juros sobre capital proprio	-	-	-	-	60	-	60	-	-	-	-	165	-	165
Outros passivos circulantes	-	-	-	-	15.950	348.068	364.018	-	-	-	-	16.331	343.460	359.791
Debêntures	-	-	-	-	-	8.197	8.197	-	-	-	-	-	7.948	7.948
	(531.484)	**105**	**776**	**881**	**109.821**	**356.265**	**466.086**	**(471.764)**	**178**	**961**	**1.139**	**99.519**	**351.408**	**450.927**

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:

Notas Explicativas

(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL

Termopernambuco S.A. – Contrato sem número com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis e Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I- Contratos n^{os} CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato nº CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos n^{os} CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato n^{os} CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 – Contrato nº CCEAR 8318/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 2 – Contrato nº CCEAR 8393/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 3 - Contrato nº CCEAR 8408/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato nº CCEAR 8423/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 - Contrato nº CCEAR 8708/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 – Contrato nº CCEAR 8723/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 - Contrato nº CCEAR 8738/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 - Contrato nº CCEAR 8753/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Notas Explicativas

Calango 5 - Contrato nº CCEAR 8768/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Coelba – Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluente e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

d) Contratos de conexão do sistema de transmissão (CCT)

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

e) Contrato de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020468 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de setembro de 2014, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil – Contrato nº 4600022367, com vigência até 30 de setembro de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600019801, com vigência até 30 de setembro de 2014.

g) Contrato de benefício

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

h) Contrato de empréstimo

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até novembro de 2021, corrigido pela taxa de juros de 108% do CDI. Contrato BB AGRO 2 com vigência até novembro de 2021, corrigido pela taxa de juros de 108% CDI.

i) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

Notas Explicativas

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos).

27.1 Remunerações da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2014 foi de R$ 2.357 (R$ 1.981 em 2013), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

28. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas financeiras:

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico a proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2014.

Em 30 de setembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

• Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantido para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.

• Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis adquiridos com vencimento acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.

• Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

• Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Indenização – Composto pelo reconhecimento das indenizações previstas pela construção de ativos de distribuição que não foram amortizados durante o período de concessão.

• Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

• Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação,

Notas Explicativas

as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizadas como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

- Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado da mesma forma como as dívidas a eles atreladas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

- ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap de moeda estrangeira para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Valores de Referência						
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		Efeito acumulado 30/09/14
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
Contratos de swaps:											
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	EUR 277	EUR 288	R$ 856	R$ 928	1.017	1.033	
Passiva				72,5% do CDI			R$ 711	R$ 727	662	727	
									355	306	(12)
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	EUR 972	EUR 1.202	R$ 2.998	R$ 3.877	3.120	3.975	
Passiva				92% do CDI			R$ 2.490	R$ 3.037	2.525	3.037	
									595	938	57
Swap											
Ativa	Banco Citibank	29/08/14	29/08/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,989% a.a.)	EUR 24.175	-	R$ 59.253	-	57.433	-	
Passiva				107,34% do CDI			R$ 55.532	-	55.532	-	
									1.901	-	-
Swap											
Ativa	Banco Citibank	03/12/13	03/12/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,97% a.a.)	USD 17.018	USD 17.016	R$ 41.711	R$ 39.868	40.865	39.060	
Passiva				104,5% do CDI			R$ 39.418	R$ 39.388	39.418	39.388	
									1.447	(329)	(2.675)
									4.298	915	(2.630)

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já esta refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

Para os passivos financeiros classificados como mensurados a valor justo, aos quais são as dívidas vinculadas aos instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia adota a metodologia de determinação de valor justo projetando os fluxos com as características contratuais e a curva da BM&F. Para isso utiliza como taxa de desconto a taxa da ponta passiva do swap contratado. Não existe no mercado liquidez para as dívidas em moeda estrangeira, por isso foi adotada essa metodologia, considerando principalmente que a taxa da ponta passiva do swap reflete a precificação do mercado para o instrumento em questão.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos no item 3.13 desta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	30/09/14		31/12/13	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíbeis	**904.742**	**904.742**	**788.819**	**788.819**
Contas a receber de clientes e outros	825.272	825.272	778.061	778.061
Recurso CDE	79.470	79.470	10.758	10.758
Mantidos até o vencimento	**654**	**654**	**1.385**	**1.385**
Titulos e valores mobiliários	654	654	1.385	1.385
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	**75.503**	**75.503**	**156.298**	**156.298**
Caixa e equivalentes de caixa	74.673	74.673	149.269	149.269
Titulos e valores mobiliários	830	830	7.029	7.029
Disponível para venda	**436.290**	**436.290**	**356.549**	**356.549**
Concessão do Serviço Público - Indenização	436.290	436.290	356.549	356.549
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	**1.698.689**	**1.700.154**	**1.557.179**	**1.558.979**
Fornecedores	465.944	465.944	383.793	383.793
Empréstimos e financiamentos	854.896	854.896	806.938	806.938
Debêntures *	377.849	379.314	366.448	368.248
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	**95.463**	**95.463**	**42.434**	**42.434**
Empréstimos e financiamentos	99.761	99.761	43.349	43.349
Citibank	(3.349)	(3.349)	328	328
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	(949)	(949)	(1.243)	(1.243)

* Valor de mercado é meramente informativo

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Notas Explicativas

- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	30/09/14			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	436.290	436.290
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	74.673	-	-	74.673
Títulos e valores mobiliários	830	-	-	830
Passivos				
Passivos financeiros				
Mantidos para negociação				
Empréstimos e Financiamentos				
Citibank	-	95.623	-	95.623
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	-	4.138	-	4.138
Outros Passivos financeiros				
Derivativos não designados como hedge				
Citibank	-	(3.349)	-	(3.349)
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	-	(949)	-	(949)
	75.503	95.463	436.290	607.256

Fatores de risco

- Riscos financeiros

  - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de setembro de 2014, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de setembro 2014 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R$ 753 (R$ 1.690, resultado negativo em 30 de setembro de 2013).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar e do euro no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R$ Mil

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar($)	Alta do Dólar	2,4510	(100.946)	(308)	(384)	(461)
Swap Ponta Ativa em Dólar			2,4510	(100.964)	362	452	543
Exposição Líquida					54	68	81
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3,0954	(3.868)	(38)	(48)	(57)
Swap Ponta Ativa em Euro			3,0954	3.868	38	48	57
Exposição Líquida					-	-	-

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- ✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possui swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação da moeda estrangeira pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R$ 167.380 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

R$ Mil

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	7,8%	86.416	6.676	5.007	3.338
Aplicações financeiras em SELIC	SELIC	Queda do Selic	7,8%	548	43	32	21
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	7,8%	639.817	54.960	68.700	82.440
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	7,8%	98.151	8.112	10.140	12.168
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	1,3%	401.190	7.287	8.541	9.795

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

- ✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 30 de setembro de 2014 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 63.452, sendo R$ 62.751 em fundos exclusivos e R$ 701 em outros ativos.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Adicionalmente estão inclusos as previsões de fluxo de vencimentos das obrigações vinculadas às garantias oferecidas pela controladora à suas participadas de controle conjunto e coligadas.

	30/09/14								
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2015	2016	2017	2018	2019	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financimentos	954.657	1.269.981	55.990	251.953	231.611	194.821	281.008	94.344	160.255
Debêntures	377.849	452.172	21.325	185.345	168.669	76.832	-	-	-
Fornecedores	465.944	465.944	107.255	321.766	36.923	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos									
Não designados como hedge accounting:									
Citibank	(3.349)	(15.671)	2.339	9.612	8.597	6.667	(42.886)	-	-
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	(949)	(1.428)	(101)	(352)	(264)	(64)	24	(43)	(628)

- Riscos operacionais

  - ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento,

Notas Explicativas

caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

	30/09/14	31/12/13
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	74.673	149.269
Titulos e valores mobiliários	830	7.029
Empréstimos e recebíbeis		
Contas a receber de clientes e outros	1.399.464	1.393.581
Recurso CDE	79.470	10.758
Mantidos até o vencimento		
Titulos e valores mobiliários	654	1.385
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	436.290	356.549

(*) valor bruto não considerando PCLD

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas 15 e 16).

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

29. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Durante o trimestre, findo em 30 de setembro de 2014, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R$ 14.348 (R$ 16.155 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/14	31/12/13	30/09/14	31/12/13
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	14.473	13.809	119.793	123.478
	14.473	13.809	119.793	123.478
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	144.275	133.668
Participação ativos	1.465	2.514	-	-
Desligados PDV	12	8	53	71
	1.477	2.522	144.328	133.739
Total	15.950	16.331	264.121	257.217

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Recebimento de recursos de Subvenções/Subsídios Governamentais (vide nota 4, item (d)), em 7 de outubro de 2014 no montante de R$ 10.473, referente à Subvenção CDE do mês de maio de 2014.

b) Recebimento de recursos de CDE, conta ACR, em 6 de outubro de 2014, no montante de R$ 27.593, referente ao mês julho (complemento) e agosto de 2014, conforme Despacho nº 3.968/2014.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de

informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética de Pernambuco ("CELPE" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Recife, 10 de novembro de 2014.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

José Vital Pessoa Monteiro Filho

Contador CRC 1PE016700/O-o